



escelsa
energias do brasil

Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71

Demonstrações Financeiras : 2005



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Com sua economia fortemente voltada para o comércio exterior, o Estado do Espírito Santo foi favorecido pelo comportamento da balança comercial brasileira. Com a elevação dos preços internacionais de seus principais produtos (minério de ferro, aço e celulose) o Estado registrou, em 2005, um novo recorde em suas exportações, com US\$ 1,5 bilhão de saldo em sua balança comercial, um crescimento de 38,5%, o maior registrado entre os Estados da região sudeste.

Seguindo a tendência da economia local, a energia distribuída pela Escelsa apresentou um significativo crescimento de 6,4%.

A Escelsa completou, em julho de 2005, 10 anos de privatização e atingiu a marca de 1 milhão de clientes, fechando o ano com 1.030.868 clientes, ou seja, um crescimento de 4,9%.

Com relação aos indicadores de qualidade dos serviços prestados aos clientes e de performance, a Escelsa apresentou os seguintes resultados:

- melhoria do FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), passando de 9,68 interrupções/consumidor/ano em 2004, para 8,66 em 2005;
- acréscimo no DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) passando de 11,48 horas/consumidor/ano em 2004, para 11,83 horas, em 2005, por força da ocorrência de dois eventos não controláveis pela Escelsa;
- melhora do TMA (Tempo Médio de Atendimento), com decréscimo de 6,1%, caindo para 139 minutos em 2005, contra 148 minutos em 2004;
- aumento das perdas totais, passando de 13,0% para 13,3%. Esse aumento teve como fator preponderante a mudança da localização dos pontos de medição para a fronteira;
- redução da inadimplência, medida pelo resultado da somatória das contas desligadas e da provisão para devedores duvidosos (contas ligadas), em relação ao faturamento do ano, de 1,36% para 1,17% em 2005.

A Escelsa realizou investimentos que totalizaram R\$ 162 milhões, 49,3% superior a 2004.

Importantes programas, relacionados ao atendimento, melhoria dos serviços prestados e da qualidade no fornecimento aos clientes, foram realizados:

- Programa Luz para Todos: em sua 1ª etapa atendeu a 10.594 unidades consumidoras, em parceria da Escelsa, Governo do Estado do Espírito Santo e Governo Federal. Iniciada a 2ª etapa do programa, com previsão de conclusão em 2006 e ligação de 12.390 unidades consumidoras;
- implantação de processo de leitura, faturamento e entrega simultânea de contas de energia elétrica, tendo sido a Escelsa a primeira empresa de energia elétrica brasileira, a implantar esse processo, entre as empresas de seu porte ou maior;
- melhoria sensível da confiabilidade do sistema de suprimento ao Estado do Espírito Santo com a entrada em operação de diversos empreendimentos, próprios e de terceiros, que eliminaram a condição de suprimento radial ao Estado e contribuíram para a redução de perdas técnicas.

Um vigoroso programa de combate às perdas comerciais foi executado em 2005, com resultados altamente positivos. Em março de 2005, as perdas comerciais atingiram 6,2%, contra os 5,6% registrados no final de 2004. Com a implantação do programa, ao final de 2005, as perdas comerciais tinham se reduzido para 5,1%.

Em agosto de 2005, a ANEEL deu por concluída a 3ª revisão tarifária da Escelsa, ocorrida em agosto de 2004, com ajuste do percentual para 8,58%, contra 6,33% que havia sido concedido naquela oportunidade.

A Escelsa passou em 2005 por grandes transformações societárias: i) a reorganização societária, em que a Escelsa passou a ser uma subsidiária integral da *holding* EDP - Energias do Brasil S.A.; ii) o processo de desverticalização, em que foram cindidos os ativos de geração, transmissão, distribuição e outros negócios da Companhia.

A Escelsa apresentou um lucro líquido de R\$ 155,2 milhões em 2005, contra R\$ 156,3 milhões em 2004. A receita operacional líquida atingiu R\$ 1.223,3 milhão, com crescimento de 19,5%. As despesas operacionais foram de R\$ 1.046,7 milhão, com crescimento de 15,7%. O resultado do serviço de energia elétrica foi de R\$ 176,7 milhões, com um crescimento de 48,1%. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA foi de R\$ 243,4 milhões, com crescimento de 34,9%. A estrutura de capital apresentou maior equilíbrio entre o capital próprio e de terceiros, com redução substancial da dívida líquida em relação ao EBITDA anual, de 6,7 vezes em 2004 para 1,1 vez em 2005.

Em treinamento alcançou-se o índice de 79,43 horas de treinamento por colaborador.

Foi publicado o Código de Ética, no intranet, que busca orientar, de forma clara e transparente, as ações da Escelsa e das empresas controladas.

Em Governança Corporativa a Escelsa deu continuidade ao processo de adequação à Lei Sarbanes-Oxley.

Durante o ano de 2005, a Escelsa recebeu prêmios atestando a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e de sua gestão empresarial:

- Foi a empresa com maior pontuação do Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES em 2005, disputado entre as maiores empresas localizadas no Estado. O PQES utiliza os mesmos critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade, o PNQ;
- Ficou entre os três finalistas no prêmio da Fundação Coge, entidade que congrega empresas do setor elétrico, pelo seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde;
- Pelo 6º ano consecutivo recebeu a certificação de empresa amiga da criança, concedida pela ABRINQ, pela suas ações contra o trabalho infantil e programas voltados à inserção social de crianças e adolescentes carentes.

A Escelsa manteve o posto de 4º maior empresa do Espírito Santo, em classificação dada pela Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES, mostrando a sua importância para a sociedade capixaba.

A Escelsa está preparada para fazer os investimentos necessários para suportar o crescimento de mercado e a modernização dos sistemas de informação. A segunda etapa do Programa Luz para Todos, com conclusão em 2006, levará energia elétrica para 12.390 novos clientes, com a geração de empregos diretos para mais de 500 trabalhadores no programa. O combate às perdas continuará sendo um dos principais objetivos estratégicos da Escelsa.

ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA
DIRETOR PRESIDENTE

CENÁRIO MACROECONÔMICO
O ano de 2005 foi caracterizado pela estabilidade dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros.

Em relação às contas externas, o País continuou a apresentar um cenário positivo, com superávit comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões e saldo de transações correntes de US\$ 14,2 bilhões. Além disso, a manutenção do quadro de alta liquidez no mercado internacional e o aumento de confiança dos investidores no País, entre outros fatores, explicam a apreciação do real em relação ao dólar.

A taxa de inflação, medida pelo IPCA, atingiu 5,7%, mantendo a trajetória de queda apresentada desde 2003. O Banco Central retomou a política de redução gradual da taxa de juros a partir de setembro, encerrando dezembro no nível de 18,0% ao ano.

Estimativas preliminares indicam que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2005, deve ficar em torno de 2,0% a 2,5%, ante 4,9% no ano anterior. Esse arrefecimento na atividade econômica pode ser creditado ao aperto monetário aplicado durante o ano - com elevadas taxas de juros -, à deterioração da atividade do setor agrícola e a um crescimento líquido das exportações menor do que em 2004. A taxa de desemprego reduziu-se de 9,6%, em dezembro de 2004, para 8,3% em dezembro de 2005. A atividade agrícola foi afetada pela queda de preços de alguns produtos, pela quebra de safra devido a fatores climáticos e pela redução da taxa de câmbio. Esses fatores explicam um crescimento estimado inferior a 2,0% do PIB agropecuário.

A produção industrial geral cresceu 3,1% no acumulado do ano, até novembro de 2005, concentrada no segmento de bens duráveis, beneficiada pelo aumento de crédito aos consumidores, especialmente na modalidade de crédito consignado. Além disso, o setor automobilístico produziu 10,7% mais que em 2004 e as exportações evoluíram 25,9%, graças principalmente aos mercados mexicano e argentino.

ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO
A Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa é uma Companhia Aberta desde 19 de janeiro de 1996, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, regida pela Lei das Sociedades por Ações, controlada pelo Grupo EDP desde novembro de 2002, passando a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. a partir de 29 de abril de 2005. Criada em 1º de julho de 1968, sob o controle das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, foi a primeira empresa de energia elétrica a ser privatizada, dentro do Programa Nacional de Desestatização, em leilão de privatização realizado em 11 de julho de 1995.

A Escelsa atende a quase totalidade do Estado do Espírito Santo, atendendo 70 dos 78 municípios, em uma área de 41.241 km², equivalente a aproximadamente 90% do Estado e a 93,8% da população total, correspondendo a 3,2 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unidade	2005	2004	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R\$ milhões	1.761,3	1.494,5	17,9
Receita Líquida	R\$ milhões	1.223,3	1.023,8	19,5
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ milhões	1.046,7	904,5	15,7
Resultado de Serviço (EBIT)	R\$ milhões	176,7	119,3	48,1
EBITDA (1)	R\$ milhões	243,4	180,4	34,9
Resultado Financeiro	R\$ milhões	-73,7	-86,2	-14,5
Resultado não Operacional	R\$ milhões	-32,9	-2,3	n.a.
Equivalência Patrimonial	R\$ milhões	80,0	26,6	200,8
Resultado Antes de Impostos	R\$ milhões	150,0	57,0	163,2
Lucro Líquido	R\$ milhões	155,2	156,3	-0,7
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	19,9	17,6	2,3 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	12,7	15,3	-2,6 p.p.
Financeiro				
Ativo Total	R\$ milhões	1.804,8	2.795,2	-35,5
Patrimônio Líquido	R\$ milhões	608,5	473,7	28,4
Dívida Líquida (2)	R\$ milhões	261,1	1.205,7	-78,3
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,43	2,55	-2,1 x
Dívida Líquida/EBITDA	vezes	1,07	6,68	-5,6 x
Investimentos	R\$ milhões	162,2	108,6	49,3
Operacionais				
Energia Distribuída	GWh	7.639,2	7.177,9	6,4
Energia Vendida a Clientes Finais	GWh	5.132,0	5.310,6	-3,4
Residencial		1.321,4	1.191,7	10,9
Industrial		2.095,8	2.498,3	-16,1
Comercial		841,9	775,0	8,6
Rural		356,3	345,5	3,1
Outros		516,5	500,0	3,3
Suprimento a Outras Concessionárias	GWh	299,0	304,8	-1,9
Consumo Próprio	GWh	10,1	10,5	-3,3
Energia em Trânsito	GWh	2.198,4	1.552,2	41,6
Preço Médio da Energia Vendida a Clientes Finais (3)	R\$/MWh	206,9	181,8	13,8
Geração Própria	GWh	392,5	1.190,9	-67,0
Energia Comprada	GWh	6.777,8	5.820,3	16,5
Perdas Técnicas e Comerciais	GWh	1.175,8	1.076,0	9,3
Perdas Técnicas e Comerciais	%	13,3	13,0	0,3 p.p.
Desempenho e Qualidade				
Número de Clientes Cativos	mil	1.030,9	983,2	4,9
Energia Distribuída por Cliente	MWh	7,4	7,3	1,5
Número de Colaboradores	unidade	1.158	1.231	-5,9
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	6.696,9	5.830,9	13,1
Nº de Clientes/Colaborador	unidade	890,2	798,7	11,5
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	11,83	11,48	3,0
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	8,66	9,68	-10,5
Tempo Médio de Atendimento - TMA	minutos	139	148	-6,1

(1) EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização
(2) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios
(3) Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais/volume de energia vendida aos clientes finais
Observação: As informações contábeis apresentadas neste relatório são advindas das demonstrações financeiras auditadas.

PRINCIPAIS EVENTOS DE 2005

Um amplo processo de reestruturação marcou o ano de 2005 na EDP - Energias do Brasil S.A. De forma coordenada, foram adotadas várias medidas para consolidar as bases de uma empresa que pretende ser uma referência no setor energético brasileiro: **reorganização societária**, com a migração de acionistas minoritários para a *holding*; **desverticalização**, com a separação dos ativos de geração e distribuição; **nova identidade visual e denominação**, com a mudança do nome para EDP - Energias do Brasil S.A., e **Oferta Pública de Ações** no Novo Mercado da Bovespa, atraindo investidores nacionais e internacionais.

Reorganização Societária
Em 29 de abril, foi aprovada uma reorganização societária que teve como objetivos simplificar a estrutura dos negócios: ampliar a captura de sinergias existentes entre as atividades de distribuição, geração e comercialização, proporcionando um maior potencial de criação de valor; permitir o aproveitamento fiscal de ágio contabilizado no momento da aquisição das controladas Enersul e Escelsa; facilitar o processo de desverticalização das atividades, conforme exigência da nova legislação do setor elétrico e promover a visibilidade, a concentração e o aumento da liquidez no mercado de capitais. Iniciada no ano anterior, a reorganização permitiu dar uma nova lógica empresarial ao conjunto das empresas do Grupo, além de incrementar a sua governança corporativa.

Essa mudança foi executada após um amplo processo de esclarecimento aos acionistas minoritários das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, além das sociedades Iven e Magistra - duas empresas de participação criadas para a compra da Enersul e da Escelsa. A Iven detinha 52,27% da Escelsa, que era a única acionista da Magistra. Esta, por sua vez, possuía 65,2% da Enersul. Foi apresentada proposta de migração das ações para a EDP - Energias do Brasil S.A., com resultados significativos (adesão de 99,98%), sobretudo considerando-se o elevado número de acionistas envolvidos (aproximadamente 48 mil).

Ao mesmo tempo, 67,5% do capital da EDP - Energias do Brasil S.A. passou a ser detido pela EDP - Energias de Portugal, sendo os 32,5% restantes propriedade dos investidores das distribuidoras que concordaram com a troca de ações, com base em uma avaliação independente. A migração dos minoritários teve um duplo mérito: permitir a adoção do melhor modelo de desverticalização possível, evitando ineficiências fiscais e operacionais, e prover um maior grau de liberdade no processo de redesenho da estrutura organizacional do Grupo como um todo.

A reorganização compreendeu as seguintes etapas: 1) incorporação da Iven pela EDP - Energias do Brasil S.A.; 2) cisão parcial da EDP - Energias do Brasil S.A. e incorporação dessa parcela cindida pela Escelsa; 3) transformação da Enersul em subsidiária integral da Escelsa, por meio da incorporação de ações de emissão da Enersul pela Escelsa; e 4) transformação da Escelsa e da Bandeirante em subsidiárias integrais da EDP - Energias do Brasil S.A., por meio da incorporação de ações da Escelsa e da Bandeirante pela *holding*.

Desverticalização
Uma segunda etapa contemplou a segregação das atividades de distribuição e geração, aprovada em assembleias gerais realizadas dia 30 de junho. A medida teve dois principais objetivos. O primeiro foi atender às regras de desverticalização do novo modelo do setor elétrico estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que deveriam ser colocadas em prática até setembro de 2005. Por essa regulamentação, as concessionárias de distribuição de energia elétrica não mais poderiam exercer atividades de geração e transmissão e, tampouco, deter participações societárias em outras empresas. Além disso, a medida buscou ampliar a transparência na divulgação e apuração dos resultados operacionais, facilitando tanto o acompanhamento das atividades pelos órgãos reguladores como o acesso da companhia ao mercado de capitais.

O processo contemplou as seguintes medidas: 1) a Magistra foi incorporada à EDP - Energias do Brasil S.A.; 2) a Enersul, cujo capital era detido integralmente pela Escelsa, passou a ser uma controlada integral da *holding*; 3) as geradoras Castelo Energética (Cesa) e Costa Rica, que tinham o controle direto e indireto detido pela Escelsa, passaram a ser controladas pela Energest, empresa criada para administrar os ativos de geração e diretamente controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A.; e 4) os outros ativos de geração detidos pela Escelsa e pela Enersul foram transferidos para a Energest, para a Cesa e para a Pantanal Energética Ltda.

Adicionalmente, foram transferidas para a EDP - Energias do Brasil S.A. dívidas mantidas pela Escelsa, no montante de aproximadamente R\$ 825 milhões (dos quais R\$ 670 milhões foram capitalizados pela Energest de Portugal, na Oferta Pública de Ações que se seguiu).

Com o final dos processos de reorganização societária e desverticalização, a estrutura da EDP - Energias do Brasil S.A. passou a manter três unidades específicas de negócios: geração, comercialização e distribuição.

Em geração, a *subholding* integral Energest assumiu a gestão de Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética, e foram mantidos separadamente dois empreendimentos (EDP Lajeado e Enerpeixe). Em comercialização, foi consolidada a Enertrade, que atua no mercado livre. E, em distribuição, atuam as três controladas integrais Bandeirante, Escelsa e Enersul.

Nova Marca e Novo Nome
A mudança de identidade visual e de denominação foi um precedente lógico de todo o processo de reorganização. Para a marca, foi adotada a mesma identidade visual que Grupo EDP assumira no final do ano anterior em Portugal: um sorriso sobre um fundo vermelho. O símbolo reflete os atributos que conduzem a gestão dos negócios: simplicidade, proximidade e conforto no atendimento aos clientes, e responsabilidade social. O nome Energias do Brasil reforça ainda o compromisso com o País e a ambição de ser uma referência do setor, além de manter um paralelo com o acionista controlador.

REDE ELÉTRICA
Caracterização do Sistema Elétrico
O sistema elétrico de distribuição da Escelsa é formado por linhas de distribuição de 138 kV, 69 kV, 34,5 kV e redes de média e baixa tensão, sendo totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional. O sistema elétrico atingiu a ponta de demanda de 1.318 MW no mês de outubro de 2005.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Escelsa

Instalações	2005	2004	Quant.	Variação %
Número de Subestações *	70	70	-	-
Potência Instalada de Transformação (MVA)	2.871	2.812	59	2,1
Redes de Distribuição - Própria - Total - Km:	50.152	47.592	2.560	5,4
Redes de Distribuição - Própria - AT (maior ou igual a 69 KV) - Km	2.605	2.605	-	-
Redes de Distribuição - Própria - MT (entre 1e menor a 69 KV) - Km	39.451	36.771	2.680	7,3
Redes de Distribuição - Própria - BT (menor que 1 KV) - Km	8.096	8.216	(120)	(1,5)
Transformadores de Distribuição Própria - Total - (Número):	48.769	40.602	8.167	20,1
Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano - (Número)	19.086	18.761	325	1,7
Transformadores de Distribuição Próprios - Rural - (Número)	29.683	21.841	7.842	35,9
Transformadores de Distribuição de Terceiros - (Número)	44.214	43.219	995	2,3
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Total - (MVA)	1.723	1.594	129	8,1
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Urbano - (MVA)	1.210	1.183	27	2,3
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Rural - (MVA)	513	411	102	24,8
Total de kVA's Instalados na Distribuição Terceiros - (MVA)	1.761	1.664	97	5,8
Postes em Redes de Distribuição - Total - (Número)	480.580	451.340	29.240	6,5
Postes em Redes de Distribuição - Urbano - (Número)	242.876	228.098	14.778	6,5
Postes em Redes de Distribuição - Rural - (Número)	237.704	223.242	14.462	6,5

(*) Inclui uma subestação móvel AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão

o que tem que à conexão com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, o sistema elétrico da Escelsa possui quatro pontos de interligação: três diretamente com a supridora FURNAS - através da transformação 345/138 kV na localidade de Pitanga (Subestação de Transmissão - ST Vitória), no município da Serra, ES, e da transformação 345/138 kV na localidade de Areinha (ST Viana), no município de Viana, ambas na Região Metropolitana da Grande Vitória, e outra em 138 kV em Campos, no Estado do Rio de Janeiro (ST Campos) - e um quarto ponto de interligação em 230/138 kV na ST Mascarenhas.

Melhorias na Confiabilidade do Sistema de Suprimento ao Estado do Espírito Santo
A confiabilidade do sistema de suprimento ao Estado do Espírito Santo foi sensivelmente melhorada, com a entrada em operação de diversos empreendimentos que eliminaram a condição de suprimento radial ao Estado do Espírito Santo.

Os principais empreendimentos foram:

- A entrada em operação do 5º banco de transformadores de 225 MVA - 345/138 kV na subestação de transmissão - ST Vitória (Furnas), da LT 345 kV Vitória (Furnas) - Ouro Preto II (Cemig) no primeiro semestre de 2005;
- A entrada em operação da usina hidroelétrica Aimorés (Cemig), com potência total instalada de 330 MW, que se conecta na ST Mascarenhas (Energest); e
- A entrada em operação da ST Viana 345/138 kV, 225 MVA - novo ponto de conexão da rede de distribuição da Escelsa com a Rede. Esse novo ponto de suprimento proporcionou uma redistribuição dos fluxos de potência na rede de 138 kV da Escelsa e aliviou o fluxo na transformação de Vitória 345/138 kV, evitando as transferências de potência dessa fonte, localizada ao norte da Grande Vitória, para os centros de carga localizados ao sul desta mesma região e reduzirá sensivelmente as perdas elétricas.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO
Revisão e Reajuste Tarifário
Por meio das Resoluções Homologatórias nºs 157 e 162, ambas de 1º de agosto de 2005, a Aneel autorizou o reajuste das tarifas da Escelsa, bem como aprovou a conclusão de sua terceira Revisão Tarifária Periódica. A definição do valor final da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da taxa de depreciação, bem como ajustes nos custos operacionais da empresa de referência, resultou na alteração do índice do repositonamento tarifário de 2004 para 8,58%, originalmente calculado em 6,33%. Em decorrência, a diferença de receita, no valor de R\$ 17,2 milhões, será compensada financeiramente para a Escelsa em suas tarifas, no período entre 07 de agosto de 2005 e 06 de agosto de 2006.

Já o reajuste médio da tarifa ficou em 4,93%, aplicado a partir de 07 de agosto de 2005, de acordo com o estabelecido pela Resolução Homologatória nº 162/05. Esse aumento já contempla o impacto da correção aplicada à revisão tarifária de 2004.

A partir de 08 de agosto de 2005, conforme Termo Aditivo ao contrato de Concessão, a composição das tarifas excluiu os montantes relativos ao recolhimento do PIS e COFINS. Dessa forma, os valores correspondentes a esses tributos foram agregados à conta dos consumidores, num mecanismo semelhante ao adotado para o CMS.

Abertura da Conta para Clientes do Grupo B
A Resolução Normativa Aneel nº 166, de 10 de outubro de 2005, estabeleceu as disposições consolidadas relativas ao cálculo da tarifa de uso dos sistemas de distribuição (TUSD) e da tarifa de energia (TE). Essa resolução determina que as distribuidoras informem aos consumidores do Grupo B, na fatura de fornecimento, o valor correspondente à energia, ao serviço de distribuição, à transmissão, aos encargos setoriais e aos tributos. Os valores vigentes para a Escelsa, em termos percentuais, são distribuídos da seguinte forma: Energia com 42,05%. Distribuição com 42,18%. Transmissão com 6,56%, e Encargos com 9,21%.

BALANÇO ENERGÉTICO
Compra de Energia
Em 2005, a Escelsa comprou um total de 6.778 GWh para o atendimento do seu mercado, através dos Contratos Iniciais, Bilaterais, Leilão e energia oriunda de Itaipu, além de 392 GWh provenientes de geração própria. Em relação a 2004, isso significou um acréscimo de 159 GWh.

Em relação aos Contratos Iniciais, conforme previsto na Lei nº 9.648, de 27/05/1998, em 2005 foram totalizadas reduções de 75% dos montantes originais contratados em 2001.

A Escelsa comprou energia através dos leilões de empreendimentos existentes, participando do primeiro leilão de compra de energia elétrica realizado em dezembro de 2004 e, durante o ano de 2005, do leilão realizado no mês de abril. Houve também a participação no leilão realizado em dezembro de 2005 para compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos.

No leilão de energia existente foram adquiridos lotes de energia elétrica para o período de suprimento de 2008 a 2015, no montante de 1.456,7 GWh, com preço médio de R\$ 83,13/MWh (preço referente a abril/2005).

No leilão de energia nova foram adquiridos lotes de energia elétrica provenientes de usinas hidrelétricas com períodos contratuais de 30 anos a



Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

partir de 2008, 2009 e 2010, nos montantes de 239,8 GWh, 274,7 GWh e 11.326,3 GWh, a preços médios de R\$106,95/MWh, R\$113,89/MWh e R\$114,83/MWh, respectivamente. Em relação aos lotes de energia elétrica provenientes de usinas termoeletricas com períodos contratuais de 15 anos a partir de 2008, 2009 e 2010, foram adquiridos os montantes de 947,6 GWh, 2.553,1 GWh e 5.479,3 GWh, a preços médios de R\$132,26/MWh, R\$129,26/MWh e R\$121,81/MWh, respectivamente.

Mecanismo de Sobras e Défis entre Distribuidoras - MCSD

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE promoveu a aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis - MCSD, mecanismo previsto no art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que precede a redução da energia adquirida, por parte dos Compradores, conforme as condições previstas na referida legislação.

Por esse mecanismo, a partir de abril, a Escelsa adquiriu 58 GWh, referentes ao produto 2005-2012 e que representaram um acréscimo de R\$ 3,3 milhões no ano de 2005.

Geração Própria

Em face da desverticalização dos ativos de geração, a partir de 1º de agosto de 2005, as usinas hidrelétricas Mascarenhas e Suíça, foram transferidas para a Energest, e as pequenas centrais hidrelétricas Jucu, Fruteiras, Rio Bonito e Alegre foram transferidas para a Castelo Energética S.A. - Cesa, subsidiária da Energest.

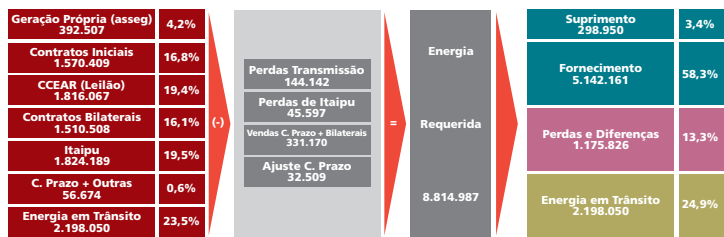
Em 18 de agosto de 2005, em atenção ao Art. 15 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Escelsa realizou Chamada Pública para a compra de energia elétrica proveniente de geração distribuída para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2005, sendo vencedora a Castelo Energética S.A. - Cesa, naquele ato representada pela Energest S.A., com a qual foi celebrado o competente contrato de compra e venda entre as partes.

Transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em 2005, a Escelsa efetuou transações de venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no montante de 90 GWh, correspondentes a R\$ 2,9 milhões e transações de compra no montante de 57 GWh, correspondentes a R\$ 1,4 milhão.

Balanco Energético (MWh)

Energia Distribuída



A energia requerida pelo sistema da Escelsa (carga própria + energia de clientes livres) foi de 8.815 GWh, representando um acréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior.

A carga própria da Escelsa (sem transporte de energia para terceiros), em 2005, foi de 6.617 GWh, representando uma redução de 1,3% em relação ao ano anterior (6.702 GWh), devido à migração para o mercado livre de cinco grandes clientes Industriais.

A demanda máxima do sistema, em 2005, foi de 1.318,2 MWh/h, contra 1.211,8 MWh/h no ano anterior, representando um acréscimo de 8,8%, fruto do aumento da carga do sistema e da mudança do ponto de medição de conexão, do Sistema Escelsa com a Rede Básica, da Subestação Cachoero, no Espírito Santo, para a subestação Campos, no Rio de Janeiro.

	2005			2004			Variação % 2005/2004		
	Clientes UN	Volume MWh	Operacional* R\$ Mil	Clientes UN	Volume MWh	Operacional* R\$ Mil	Clientes %	Volume %	Operacional* %
Residencial	812.000	1.321.382	366.342	774.805	1.191.717	320.546	4,8%	10,9%	14,3%
Industrial	10.607	2.095.840	327.262	10.599	2.498.329	321.100	0,1%	-16,1%	1,9%
Comercial	89.047	841.917	213.181	86.177	775.044	182.828	3,3%	8,6%	16,6%
Rural	110.018	356.333	61.431	102.594	345.529	57.408	7,2%	3,1%	7,0%
Poder Público	7.877	153.237	39.251	7.768	138.872	32.855	1,4%	10,3%	19,5%
Iluminação Pública	270	208.251	30.174	220	210.013	29.496	22,7%	-0,8%	2,3%
Serviço Público	878	155.061	24.093	855	151.135	21.385	2,7%	2,6%	12,7%
Energia Vendida aos Clientes Finais	1.030.697	5.132.022	1.061.734	983.018	5.310.638	965.619	4,9%	-3,4%	10,0%
Suprimento a Outras Concessionárias	1	298.950	30.668	1	304.789	28.554	0,0%	-1,9%	7,4%
Clientes de Uso da Rede	25	2.198.050	150.146	15	1.551.977	90.206	66,7%	41,6%	66,4%
Consumo Próprio (=) Energia Distribuída	145	10.139	0	141	10.489	0	2,8%	-3,3%	0,0%
(=) Energia Distribuída	1.030.868	7.639.160	1.242.548	983.175	7.177.894	1.084.380	4,9%	6,4%	14,6%

(*) Receita Operacional = Receita Bruta - ICMS, ECE e EAEE, ICMS sobre ECE e EAEE e RTE.

O total de energia distribuída, em 2005, foi de 7.639 GWh, representando um acréscimo de 6,4% em relação ao ano anterior.

Em 2005, a energia vendida aos clientes finais foi de 5.132 GWh, representando um decréscimo de 3,4% em relação ao ano anterior, conforme segue abaixo nas principais classes de consumo:

- Classe residencial:** o aumento de consumo foi de 10,9% em relação a 2004 e deve-se ao aumento de 4,8% no número de clientes, em decorrência do número de ligações oriundas do Plano de Universalização, da retirada de ligações clandestinas, da intensificação do combate às perdas comerciais, da economia mais aquecida e de temperaturas mais elevadas.
- Classe industrial:** destaca-se pela redução no volume de energia vendida, cuja participação caiu de 47,0%, em 2004, para 40,8% em 2005, do total de energia vendida a clientes finais. O decréscimo está associado à migração de clientes cativos para o mercado livre, sendo que estes clientes, juntos, correspondiam a 24,1% da energia vendida de 2004. Não fosse essa migração, as vendas de energia na classe industrial teriam crescido 7,0%.
- Classe comercial:** o acréscimo deveu-se principalmente ao aquecimento do comércio, responsável por 34% do consumo desta categoria.
- Classe rural:** o crescimento ficou abaixo do aumento de 7,2% no número de clientes, devido, basicamente, aos novos clientes incorporados pelo Programa Luz para Todos, cujos consumos apresentaram-se abaixo da média. Além disto, contribuíram para o baixo crescimento a ocorrência de índices pluviométricos superiores aos do ano anterior, que implicaram menor consumo da classe irrigação.
- Demais classes:** juntas, apresentaram crescimento em 2005. A classe com maior aumento no consumo foi a do poder público (10,3%), em virtude do aumento da temperatura e conseqüente elevação no uso do ar condicionado. A única classe com decréscimo foi iluminação pública (-0,8%), devido ao Programa de Eficiência Energética aplicado em convênio com as Prefeituras dos Municípios da Serra, Vila Velha, Aracruz e Ibiragu, com instalação de lâmpadas de menor consumo.

O transporte de energia aos clientes livres teve aumento significativo de 41,6%, passando de 1.552 GWh para 2.198 GWh, em 2005.

Clientes

A Escelsa atingiu a marca de 1.000.000 de clientes, em julho de 2005, e fechou o ano com 1.030.868 clientes, um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior. Este recorde de crescimento, muito acima da média histórica, deveu-se ao combate às ligações clandestinas e como resultado dos programas Luz para Todos (rural) e Universalização (residencial).

As classes com maior aumento do número de clientes foram: residencial (4,8%), devido ao combate às ligações clandestinas e ao programa de Universalização; rural (7,2%), em face do Programa Luz para Todos, e comercial (3,3%).

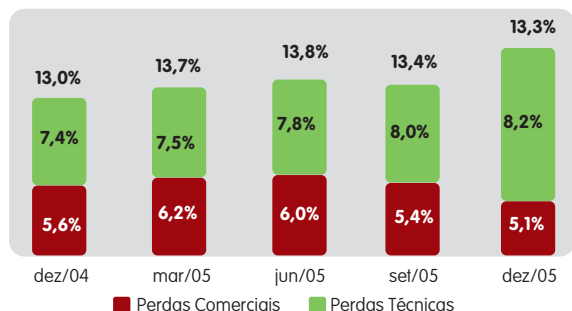
Perdas Técnicas e Comerciais

O índice de perdas totais, que engloba perdas técnicas e comerciais, passou de 13,0%, em 2004, para 13,3%, em 2005. Apesar desse incremento, o acumulado de 12 meses registrado em dezembro (13,3%) foi o menor índice mensal verificado em 2005.

Na rede de distribuição, houve redução nas perdas, de 10,2%, em 2004, para 9,6%, em 2005, devido às ações de combate à fraude de energia. Na rede de transmissão, houve elevação de 2,8%, em 2004, para 3,7%, em 2005. A elevação das perdas no sistema de transmissão teve como fator preponderante a alteração da localização dos pontos de medição de fronteira, por decisão da Aneel, fazendo com que as perdas anteriormente consideradas como da Rede Básica, passassem a ser incorporadas nos requisitos da Escelsa.

A Escelsa está pleiteando junto à Aneel o reconhecimento desse aumento de perda na transmissão, tendo em vista que esta situação não está contemplada em suas tarifas.

Perdas Técnicas e Comerciais



Como em outras empresas do setor de energia elétrica brasileiro, a Escelsa vinha registrando um crescimento significativo das perdas comerciais, normalmente relacionadas às fraudes e notadamente a partir do racionamento de energia em 2001.

Em face desse cenário, a Escelsa e as demais distribuidoras do Grupo EDP - Energias do Brasil, juntamente com a holding, definiram a redução de perdas comerciais como objetivo estratégico a ser perseguido, com metas a serem cumpridas em 2005 e no triênio 2006/2008.

A Escelsa reformulou o seu Programa de Combate às Perdas Comerciais para o ano de 2005 com base em duas estratégias: i) uma com foco na fiscalização e ii) outra com foco na tecnologia de medição de faturamento e proteção da rede de baixa tensão.

Envolveu equipes multidisciplinares próprias e de parceiros, desenvolvendo diversos planos de ações integradas que foram realizados, entre os quais destacam-se: 258.573 inspeções do tipo varredura por atividade econômica, por consumo zero e denúncias; unidades consumidoras inativas; retiradas de 142.801 ligações clandestinas; recontagem dos pontos de iluminação pública de 41 municípios, e retirada de 39.912 ramais e equipamentos de medição. Também foram desenvolvidas diversas ações de instalações de novas tecnologias de medição e proteção de rede de baixa tensão.

Foram empregados no programa recursos de custeio de R\$ 5,8 milhões e R\$ 3,3 milhões de investimentos.

Com essas ações as perdas comerciais tiveram um significativo recuo, passando para 5,1% ante os 5,6% de dezembro de 2004 e os 6,2% de março de 2005.

ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com Clientes

O relacionamento com os clientes mereceu atenção especial em 2005, com a implantação dos projetos de Baixa de Conta em Tempo Real e Leitura e Entrega Simultânea.

O projeto de Baixa de Conta em Tempo Real tem o objetivo de eliminar pagamentos em duplicidade, reduzir prazos para baixas provisórias, evitar cortes indevidos, agilizar pedidos de religação de unidades consumidoras e melhorar o controle da arrecadação nos agentes alternativos. O sistema foi implantado em 177 agentes arrecadadores alternativos e, em dezembro, foram recebidos, nessa modalidade, 40% do volume das contas arrecadadas, o que corresponde a 61% das contas arrecadadas pela Rede Pague Fácil.

O projeto de Leitura e Entrega Simultânea visa a otimizar o ciclo comercial leitura-emissão-entrega de contas de energia. Com este novo sistema, a emissão das contas de energia é realizada em campo, imediatamente após a tomada da leitura do medidor, eliminando a demora ou a não entrega da conta e reduzindo as reclamações de clientes. Este projeto, finalizado em 11/2005, foi implantado em toda a área de concessão da Escelsa, abrangendo 831 mil clientes, mais de 80% dos seus clientes.

Em 2005, foi consolidada a adequação da infra-estrutura e procedimentos operacionais do Call Center para atendimento à Resolução Aneel nº 057/2004, destacando-se a implantação de protocolo para todos os atendimentos, incluindo informações comerciais e a gravação de 100% dos atendimentos realizados pelo Call Center.

O cliente da Escelsa tem acesso a informações e serviços 24 horas por dia, além de extensa rede alternativa de atendimento em toda a área de concessão. O Call Center da Escelsa, funciona 24 horas, a ligação recebida é gratuita de qualquer parte do Brasil, a qualquer hora do dia ou da noite, pelo número 0800 390 196.

Em 2005, também foi consolidada a padronização do atendimento personalizado e do Call Center, com a identificação das dificuldades operacionais, elaboração e implantação de programa de treinamento, monitorias e disponibilização de ferramentas informacionais de apoio.

A página da Escelsa na internet foi modernizada e o acesso à Agência Virtual, onde os serviços comerciais são disponibilizados para auto-atendimento, foi simplificado, reduzindo a necessidade de navegação entre as telas e permitindo um aumento mensal de acessos de 29 mil para 37 mil, e número de serviços gerados de 53 mil para 65 mil.

O Seguro Proteção em Conta, que tem a finalidade de contribuir para a redução da inadimplência premiando os clientes adimplentes, atingiu, no final do exercício, 67.197 clientes residenciais, tendo liquidado 273 sinistros, no valor de R\$ 132 mil, e premiado 11 clientes, no valor de R\$ 55 mil.

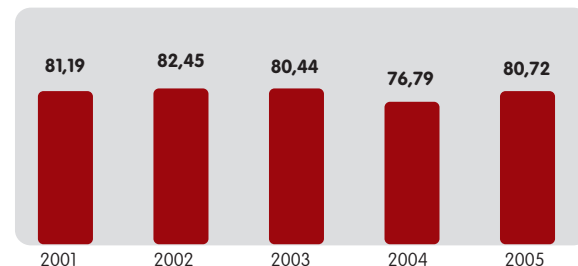
Índice de Satisfação de Clientes

A Escelsa vem acompanhando de forma sistematizada, desde 1996, a opinião de seus clientes sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados. A pesquisa é feita pelo Instituto Futura, instituição com sede em Vitória-ES, e que goza de ampla credibilidade na sociedade capixaba.

Os resultados dessa pesquisa possibilitam a reavaliação dos processos buscando a conciliação dos interesses da Escelsa com os dos seus clientes, com o objetivo de melhorar o índice de satisfação do cliente, que, em 2005, teve uma evolução expressiva, 80,72%, ante 76,79%, em 2004.

No quesito imagem, vale destacar que os esforços da Escelsa vêm sendo reconhecidos pelos clientes, já que 80,72% dos entrevistados a vêem como uma empresa séria.

Ótima + Boa



PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Escelsa aderiu ao Programa Luz para Todos, no âmbito do programa de Universalização do Governo Federal, com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica das populações rurais e fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais carentes.

Conforme Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia, a Escelsa e o Estado do Espírito Santo, com a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, o prazo para cumprimento das metas é o ano de 2006. A participação financeira dos agentes, estabelecida neste Termo de Compromisso, é de 75% da Eletrobrás, sendo 10% de CDE, a título de subvenção econômica e 65% de financiamento da RGR, 15% de capital próprio da empresa e 10% de participação do Governo do Estado do Espírito Santo, também como subvenção.

Em 2005 a Escelsa concluiu, com dois meses de antecedência, a 1ª etapa do programa, que teve seu início em 2004, com investimentos totais de R\$ 49,0 milhões dessa etapa.

Em novembro de 2005 a Escelsa deu início à 2ª etapa do programa com prazo previsto para final de 2006, com investimentos previstos de R\$ 77,4 milhões, dos quais R\$ 13,3 milhões já foram realizados em 2005. Abaixo dados do programa já executado.

A execução do Programa, nos dois últimos anos, contribuiu para o aumento do número de clientes da Escelsa, que consistiu no atendimento a 10.594 clientes na primeira etapa.

A segunda etapa do programa consistirá no atendimento a 12.390 clientes. As obras foram iniciadas em novembro de 2005 com previsão de conclusão até 31 de dezembro de 2006. Em 2005 já foram ligadas 556 unidades consumidoras.

Abaixo as realizações com os dados da 1ª etapa concluída e do início da 2ª etapa.

Realizações	1ª Etapa			2ª Etapa	
	2004	2005	Total	2005	Total
Nº de Obras	1.711	5.631	7.342	490	7.832
Km de Redes de Distribuição	727	2.037	2.764	152	2.916
Nº de Postes	6.770	19.444	26.214	1.508	27.722
Nº de Transformadores	2.137	7.016	9.153	586	9.739
Nº de Clientes	2.616	7.978	10.594	556	11.150

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2005 tiveram um expressivo crescimento (49,3%), mostrando, de forma inequívoca, o comprometimento da Escelsa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo.

Investimento	R\$ Mil	
	2005	2004
Geração	22.709	18.776
Convencional	75.738	60.306
Expansão de Rede	36.584	22.799
Melhoramento da Rede	22.620	18.407
P&D	1.381	2.493
Instalações em Geral	6.181	5.934
Telecomunicações	1.874	1.881
Informática	7.098	8.792
Modernização	16.813	1.354
Universalização	46.891	25.510
Outros	-	2.694
Total	162.151	108.640

Expansão do sistema Elétrico

Para atendimento da demanda do mercado com níveis de qualidade exigidos pela legislação, foram investidos R\$ 36,6 milhões na expansão e adequação das redes elétricas, na ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição.

Para atender a demanda da região norte foram feitos investimentos em linhas de distribuição e está em fase de conclusão a instalação de transformadores de força nas subestações Linhares, Pinheiros e Ecoporanga, além de banco de capacitores na subestação Paulista. Estas obras também contribuirão para elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica ao crescente mercado da região norte do Estado.

Melhoramento de Redes

Os principais investimentos em melhoramentos de redes totalizaram R\$ 22,6 milhões foram na substituição de equipamentos em final de vida útil, representando modernização; automação de duas subestações e aquisição do 2º transformador móvel, objetivando reduzir tempo de atendimento em casos de emergência.

Modernização

Destacam-se os investimentos na unificação de sistemas com as demais empresas do Grupo, que suportarão os processos de finanças, controle,



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ECELSEA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



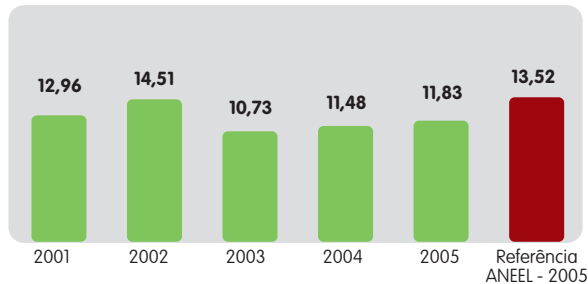
Demonstrações Financeiras : 2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

manutenção de equipamentos, suprimentos, projetos e recursos humanos, em nova versão do SAP, que entrará em operação em 02 de janeiro de 2006. Também merece destaque o sistema de geoprocessamento, para dar uma solução única aos processos técnicos na alta, média e baixa tensão; o sistema da área comercial do SAP, com a contratação de licenciamento e cujo desenvolvimento se dará em 2006 e 2007, e a integração da rede de dados da Escelsa às redes da Bandeirante e da EDP - Energias do Brasil S.A.

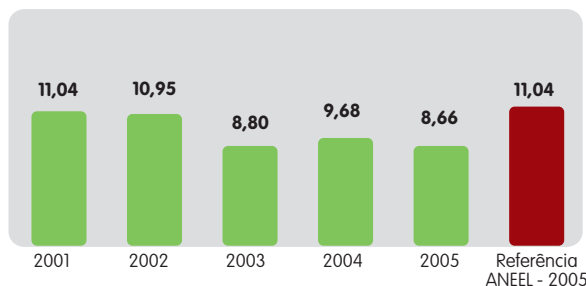
INDICADORES DE PERFORMANCE

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (horas - média cliente/ano)



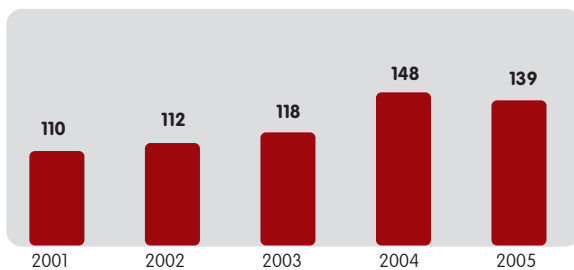
O DEC aumentou de 11,48 horas, em 2004, para 11,83 horas, em 2005. O resultado de 2005 foi impactado em 2,18 horas pela ocorrência de dois eventos externos, que não estão sob o controle da Escelsa, com origem no Sistema Interligado Nacional - SIN, notadamente relacionados aos blecautes nos dias 1º e 07 de janeiro de 2005.

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (vezes - média cliente/ano)



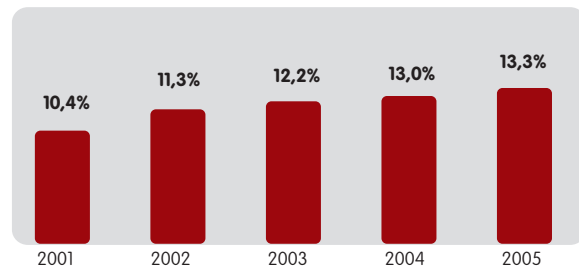
O FEC teve uma melhoria, passando de 9,68 interrupções por consumidor/ano, em 2004, para 8,66 interrupções por consumidor/ano, em 2005. Este resultado teve 2,0 interrupções por consumidor/ano relacionadas ao desempenho do SIN (Sistema Interligado Nacional).

TMA - Tempo Médio de Atendimento (minutos)



Em 2005, interrompeu-se a tendência de alta que vinha ocorrendo no TMA da Escelsa, que caiu 6,1%, passando de 148 minutos, em 2004, para 139 minutos, em 2005.

Perdas Técnicas e Comerciais



O índice de perdas totais sobre a carga do sistema (energia distribuída mais perdas) passou de 13,0% para 13,3%. As perdas comerciais caíram de 5,6% em 2004 para 5,1% do final de 2005.

Fator preponderante para o aumento das perdas em 2005, deveu-se a mudança da medição de fronteira com a Rede Básica e de transferência da medição de intercâmbio com a Usina Rosal, das subestações da Escelsa para a referida usina, ambas alteradas pela Aneel.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2005	2004	Var. %
Resultado do Serviço			
Receita Operacional Bruta	1.761.322	1.494.460	17,9%
(-) Deduções à Receita Operacional	537.989	470.657	14,3%
(=) Receita Operacional Líquida	1.223.333	1.023.803	19,5%
(-) Despesas Operacionais	1.046.651	904.526	15,7%
(=) Resultado do Serviço	176.682	119.277	48,1%
Margem Operacional (Margem do EBIT) - %	14,44	11,65	2,8 p.p.
LAJIDA (EBITDA)	243.419	180.395	34,9%
Margem LAJIDA (EBITDA) - %	19,90	17,62	2,3 p.p.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica, em 2005, totalizou R\$ 176,7 milhões, 48,1% maior do que o obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou uma elevação da margem operacional de 11,65%, em 2004, para 14,44%, em 2005.

Já o EBITDA de 2005, de R\$ 243,4 milhões, foi superior em 34,9% ao praticado em 2004, proporcionando a elevação da margem EBITDA de 17,62%, em 2004, para 19,90%, em 2005.

Receita Operacional Líquida
A Receita Operacional Líquida atingiu o montante de R\$ 1.223,3 milhões em 2005, valor 19,5% superior à receita de R\$ 1.023,8 milhões obtida em 2004. O incremento verificado de R\$ 199,5 milhões é proveniente principalmente de: i) aumento de R\$ 96,1 milhões no fornecimento de energia elétrica; ii) elevação de R\$ 59,9 milhões na receita de uso do sistema de distribuição faturada dos clientes que se tornaram livres e iii) da redução de outras receitas e deduções de R\$ 43,5 milhões.

A receita líquida de fornecimento a consumidores finais apresentou um crescimento de 10,0% em 2005, atingindo R\$ 1.061,7 milhões. Esta variação é composta pelo efeito conjunto da redução de 3,4% do mercado e de uma elevação da tarifa média de 13,8%, em 2005. O mercado industrial da Escelsa, em 2005, foi menor em 16,1% em relação ao ano anterior, em razão da migração de clientes cativos para o regime de contratação livre. As demais classes apresentaram uma elevação média de consumo de 8,0%, impulsionadas pelo crescimento de 10,9% da classe residencial e de 8,6% da classe comercial. Contribuíram para este expressivo crescimento o dinamismo atual da economia do Espírito Santo, as temperaturas mais elevadas em 2005 e as ações da Companhia de intensificação ao combate às perdas comerciais.

No ano de 2005, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 150,1 milhões contra R\$ 90,2 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, apresentando um crescimento de 66,4% e refletindo a migração de clientes cativos para a condição de clientes livres.

As Outras Receitas/Despesas, negativas em R\$ 19,2 milhões em 2005, foram inferiores aos valores de 2004 em função dos registros dos ajustes das revisões tarifárias de 2001 e de 2004. Também nesta rubrica estão registradas as despesas com PIS/COFINS com cobertura das tarifas homologadas.

Gastos Operacionais

	2005		2004		Var. %
	R\$ Mil	Part. %	R\$ Mil	Part. %	
Gerenciáveis					
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	77.598	7,4%	76.623	8,5%	1,3%
Material	10.337	1,0%	10.281	1,1%	0,5%
Serviços de Terceiros	63.872	6,1%	48.554	5,4%	31,5%
Depreciação e Amortização	66.737	6,4%	61.118	6,8%	9,2%
Provisão p/Créd. Líq. Duvidosa/Perdas Líquidas	8.810	0,8%	7.845	0,9%	12,3%
Provisões para Contingências	-	0,0%	4.950	0,5%	n.a.
Outras	5.089	0,5%	11.641	1,3%	-56,3%
Total	232.443	22,2%	221.012	24,4%	5,2%
Não Gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	507.528	48,5%	461.157	51,0%	10,1%
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distrib.	153.682	14,7%	116.407	12,9%	32,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	60.454	5,8%	36.050	4,0%	67,7%
Conta de Consumo de Combustível - CCC	82.530	7,9%	56.250	6,2%	46,7%
Outras	10.014	1,0%	13.650	1,5%	-26,6%
Total	814.208	77,8%	683.514	75,6%	19,1%
Total	1.046.651	100,0%	904.526	100,0%	15,7%

Os Gastos Operacionais de 2005 foram de R\$ 1.046,7 milhões, 15,7% maiores que os verificados no ano de 2004. Os gastos operacionais gerenciáveis, R\$ 232,4 milhões em 2005, foram 5,2% superiores aos do ano de 2004.

A rubrica Serviços de Terceiros cresceu 31,5% em 2005, em decorrência de aumentos de custos:

- Das atividades ligadas à rede elétrica - decorrente da adoção do plantão com duplas de eletricitistas, em atendimento a determinação legal. Verificou-se também a ampliação dos serviços de manutenção na rede elétrica, visando a atingir os índices de continuidade definidos pela Aneel;
- Dos serviços de combate as perdas comerciais - em 2005, foram executadas 258.573 inspeções em unidades consumidoras (ante 94.426 inspeções, em 2004) e foram retiradas 142.801 ligações clandestinas (64.615 em 2004);
- Em outras atividades comerciais - em 2005, a Companhia implantou em toda a sua área de concessão o projeto de leitura, emissão e entrega simultânea das contas de energia para mais de 80% de seus clientes. Por exigência da Aneel, o call center está recebendo ligações de celulares desde janeiro de 2005. Durante o ano foram recebidas 2.210 mil ligações, representando um crescimento de 19,4% em relação a 2004;
- Relativos aos projetos de reorganização societária, de novo modelo de gestão e de excelência no atendimento aos clientes.

A redução, em 2005, na rubrica Contingências decorre da reversão de provisões em função de decisão judicial favorável à Companhia. Nas Outras Despesas, verifica-se a reversão, em 2004, da provisão de R\$ 9,5 milhões do ICMS da classe Baixa Renda, em função do Governo do Estado do Espírito Santo ter concordado com sua não incidência.

Os gastos operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA. Os gastos não gerenciáveis totalizaram R\$ 814,2 milhões, em 2005, resultando em um crescimento de 19,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O aumento de 10,1% na conta de energia elétrica comprada para revenda, em relação ao ano anterior, é resultado do efeito conjunto da elevação de 2,3% no volume de compras com o aumento da tarifa média em 7,6%.

Os custos com encargos setoriais e de transmissão apresentaram em conjunto um incremento de 37,9%, em 2005, refletindo os novos valores homologados pela Aneel para a Escelsa e os níveis de cobertura tarifária estabelecidos nos reajustes anuais.

Resultado Financeiro e Endividamento

	2005	2004	Var. %
Endividamento			
Curto Prazo	233.818	270.697	-13,6%
Longo Prazo	373.213	1.360.729	-72,6%
Dívida Bancária (*)	607.031	1.631.426	-62,8%
(-) Disponibilidades	142.898	192.358	-25,7%
(=) Dívida Bancária Líquida	464.133	1.439.068	-67,7%
(-) Ativo Regulatório Líquido	203.056	233.361	-13,0%
(=) Dívida Líquida	261.077	1.205.707	-78,3%

(*) Empréstimos e Financiamentos + Dívida com Controladora + Encargos + Operações de "SWAPS"

Em 31 de dezembro de 2005, a Escelsa apresentava uma dívida bancária de R\$ 607,0 milhões, 62,8% menor que o saldo da dívida de dezembro do ano anterior. A redução do endividamento deve-se, basicamente, à transferência de R\$ 794 milhões da dívida com *senior notes* para a Energias do Brasil S. A., em função do processo de desverticalização do Grupo realizado nesse exercício.

Do total da dívida bancária existente em dezembro de 2005, R\$ 297,7 milhões (49,1%) foram contratados em moeda estrangeira, 99% dos quais cobertos por operações de *swap* com características de *hedge*, mitigando o risco cambial. Os R\$ 309,3 milhões (50,9%) da dívida contratada em moeda nacional estavam compostos por R\$ 149,5 milhões de financiamentos junto ao BNDES, R\$ 28,1 milhões junto à Eletrobras e R\$ 131,8 milhões junto a outras instituições financeiras.

As Disponibilidades da Companhia, R\$ 142,9 milhões, em 2005, são inferiores em 25,7% às existentes em dezembro de 2004, em decorrência dos efeitos da apreciação do real, nesse exercício, sobre o saldo dos títulos cambiais (NBCe) mantidos em carteira, bem como o resgate efetuado em janeiro de 2005 de 25.291 títulos, equivalente a R\$ 44,0 milhões.

O saldo dos Ativos Regulatórios, R\$ 203,1 milhões, em 2005, foram 13,0% inferiores ao do exercício anterior, em função de recuperação tarifária em curso, das Perdas com o Racionamento e do saldo diferido da Conta de Compensação de Valores da Parcela A - CVA.

Em 31 de dezembro de 2005, a dívida líquida da Escelsa representava 1,1 vez o EBITDA de 12 meses, substancialmente inferior ao patamar de 6,7 vezes registrado em 2004.

O Resultado Financeiro em 2005 foi de menos R\$ 73,7 milhões, 14,5% menor do que os R\$ 86,2 milhões verificados em 2004. A diminuição foi motivada pela redução da dívida bancária e, em contrapartida, pelo registro de R\$ 53,2 milhões na despesa financeira com Juros sobre Capital Próprio. De acordo com as normas contábeis, este valor foi revertido da Demonstração de Resultado após o cálculo dos impostos.

Resultado Líquido

Em dezembro de 2005, a Escelsa apresentou um lucro líquido de R\$ 155,2 milhões, similar ao obtido no ano anterior, R\$ 156,3 milhões. No entanto, o resultado de 2004 foi excepcionalmente impactado pelo registro R\$ 118,1 milhões de créditos tributários adicionais. Em 2005, verificou-se um EBIT 48,1% maior que o de 2004, bem como um resultado financeiro mais favorável, em função da redução da dívida resultante do processo de desverticalização. Em 2005 foram registrados no Resultado Não Operacional R\$ 40,7 milhões de perdas de investimento, referente a extensão aos acionistas minoritários do benefício fiscal do ágio registrado na compra da Enersul.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Os projetos de P&D são avaliados de acordo com metodologia e critérios que consideram os aspectos de alinhamento com as diretrizes da Companhia, atendimento de necessidade do mercado, relação custo x benefício, aplicabilidade prática, possibilidade de registro de patente, prazo e atendimento de necessidade interna. Em 2005, o total de investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 1.366 mil.

Os projetos do ciclo 2004/2005 são: a) Investimento em Distribuição considerando Risco Regulatório; b) Otimização de Dispositivos de Proteção Instalados na rede de 15kV; c) Inter-relação entre geração de energia elétrica, aporte sólido e assoreamento em reservatórios - Estudo do caso da PCH Alegre; d) Detector de desvio de energia para redes de média tensão - ciclo 03/04 e ciclo 04/05; e) Fluxo de Carga Inteligente para apoio à tomada de decisão na operação de redes de distribuição - ciclo 03/04 e ciclo 04/05; f) Desenvolvimento e validação de alternativas para proteção contra descargas atmosféricas em circuitos MT localizados em regiões de elevada incidência - ciclo 03/04 e ciclo 04/05 e g) Desenvolvimento e implantação de medição através de cartão energia - ciclo 03/04 e ciclo 04/05.

Eficiência Energética

Destaca-se a participação em 11 eventos nas comunidades e 16 outras em feiras de ciências escolares, levando à população informações sobre o uso racional e cuidado com energia elétrica, utilizando-se de maquetes da Casa Energizada, para transmissão das técnicas de utilização racional dos equipamentos eletrodomésticos e da maquete de Geração de Energia em Usina Hidrelétrica, demonstrando-se a geração, transmissão, distribuição e utilização da energia, com o atendimento de aproximadamente 13.500 pessoas.

Dentro do Programa de Eficiência Energética da Aneel, foram realizados projetos de aperfeiçoamento tecnológico tendo como objetivo a economia de energia e a implantação de melhoria no sistema de iluminação pública, em parceria com três prefeituras, as quais destinaram R\$ 9,6 milhões, de recursos oriundos do Programa Reluz, promovendo o desenvolvimento, a valorização dos espaços públicos urbanos e contribuindo para melhorar as condições de segurança pública e a qualidade de vida nessas cidades.

RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores

O quadro de colaboradores próprios da Escelsa, no encerramento de 2005, era de 1.158, 5,9% inferior ao de 2004.

A Companhia continua evoluindo na relação clientes por empregado. Ao final de 2004, esta relação era de 799 clientes por empregado. Em 2005, este índice atingiu 890, evolução de 11,4%.

Os colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 185 na região norte, 801 no centro e 172 na região sul. A escolaridade dos colaboradores é a seguinte: 118 possuem até o ensino fundamental, 573 o ensino médio, 380 a graduação de 3º grau e 87 com pós-graduação e mestrado.

Programa de Benefícios

A Companhia dispõe de um amplo programa de benefícios aos seus colaboradores, aposentados e seus dependentes, tais como: previdência privada, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação; seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, com reembolso de 80% do gasto, para os casos de doenças crônicas, auxílio creche, incentivo à educação de graduação em ensino superior.

Capacitação e desenvolvimento

Foram realizados 431 eventos de treinamento que contaram com 4.334 participantes, representando 91.832 horas de treinamento, equivalente a 79,43 horas de treinamento por colaborador.

Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2005, o grande desafio da Escelsa foi a sua adequação às alterações da Norma Regulamentadora 10, a NR10, da Portaria 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho. Dentre as ações implementadas, houve o desenvolvimento de turma piloto nos dois cursos exigidos por lei e a extensão do mesmo para as prestadoras de serviço.

São realizadas auditorias de segurança periodicamente para verificar o cumprimento do Sistema de Gestão de Segurança.

Por mais um ano a Escelsa manteve o programa de segurança no trabalho, destinado a identificar métodos e meios para evitar e reduzir riscos de acidentes, preservando a saúde dos colaboradores e de trabalhadores das prestadoras de serviços. Treinamentos são realizados para nívelamento das informações entre a Escelsa e a contratada, destacando-se as atualizações da legislação (principalmente da NR-10), Procedimentos Operacionais Padrão, análise de risco, primeiros-socorros e uso correto dos equipamentos de proteção individuais e coletivos. No ano, foram realizadas 109 palestras em 29 prestadoras de serviços, totalizando 2.115 participantes.

Também são realizadas inspeções nas prestadoras de serviços para verificar se elas atendem aos requisitos de segurança. As que cumprem as exigências ganham um certificado que as autoriza a trabalhar junto a Escelsa. Em 2005, foram realizadas 2.036 inspeções, em 37 prestadoras, com 680 notificações e 95 reuniões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A Escelsa e seus colaboradores realizam e participam de projetos de grande importância, tanto interna quanto externamente. Projetos de universalização do acesso à energia elétrica, de conservação de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento, ações de preservação de meio-ambiente e participação em entidades representativas da sociedade são algumas das ações desenvolvidas.

Responsabilidade Social

A Escelsa participou de 27 eventos nas comunidades e escolas levando à população informações sobre o uso racional e cuidado com energia elétrica, demonstrando-se a geração, transmissão, distribuição e utilização da energia em uma localidade, sendo realizado atendimento de aproximadamente 13.500 pessoas.



Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia também realizou, em 2005, uma ampla campanha de alerta sobre o uso incorreto da energia elétrica, abrangendo jornais, televisão e rádios do Espírito Santo. As peças publicitárias e os spots abordaram situações perigosas, como a movimentação de antenas de televisão perto dos fios, os perigos dos andaimes, vergalhões e pipas, as ligações clandestinas, entre outros temas relacionados à comunidade.

O Projeto IASES - Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do ES tem como objetivo principal dar oportunidade de recuperação e de reinserção social de menores infratores. A Escelsa e o Governo do Estado assinaram, no dia 24 de outubro de 2005, um termo de cooperação para apoio financeiro ao IASES. Com a ajuda da Companhia, serão desenvolvidas atividades voltadas à educação, saúde, cursos profissionalizantes e lazer de menores infratores. Os recursos de incentivos fiscais, no valor de R\$ 336 mil foram direcionados e repassados ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad), dentro do Fundo da Infância e do Adolescente, que irá administrar sua destinação.

Desde 1998, a Companhia mantém parceria com a ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo, com uma oficina de iniciação profissional de instalações elétricas residencial e predial para jovens de comunidades carentes, tendo sido formados, nestes oito anos, 770 alunos, 108 dois quais em 2005.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

A Escelsa cumpriu todas as fases do licenciamento ambiental para os novos empreendimentos - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação - a partir da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) adequados a cada caso e às exigências dos órgãos ambientais.

Descarte de 20 toneladas de resíduo Classe I referente a equipamentos contendo bifênilas policloradas (PCB/Ascarel), com obtenção de Certificado de Tratamento Térmico de 1,6 tonelada de Ascarel Líquido, emitido pela CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental;

Construção de bacias coletoras de óleo e caixas separadoras de óleo/água para transformadores, como forma de evitar possível derramamento de óleos para o solo, em caso de sinistro - Subestações de Ecoporanga, Pinheiros, Linhares e Carapina; construção de fossa séptica e filtro anaeróbio para coleta dos efluentes líquidos e sólidos das casas de comando.

Na abrangência de sistemas de gestão ambiental, foi implementado o convênio de Cooperação Técnica entre a Escelsa e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF, que objetiva disciplinar os serviços de implantação e manutenção, no âmbito da limpeza de faixas de segurança, de redes, linhas de distribuição e de transmissão elétrica, necessários ao pleno funcionamento do sistema elétrico, na área de concessão da Escelsa.

Reconhecimentos Externos

Reconhecimentos externos atestam que a Escelsa tem pautado suas ações por princípios de sustentabilidade referidos. Os reconhecimentos de 2005 foram:

- a Escelsa foi a Companhia com a maior pontuação obtida no Programa Qualidade Espírito Santo - PQES 2005, disputado pelas maiores empresas localizadas no Estado do Espírito Santo. Este programa avalia as empresas nos critérios de excelência estabelecidos pelo Programa Nacional de Qualidade - PNQ. A avaliação é feita por auditores de qualidade independentes;
- pelo seu sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, a Escelsa ficou entre as três finalistas do prêmio instituído pela Fundação Coge, entidade que congrega empresas do setor elétrico brasileiro;
- Em razão das ações de cidadania relativas ao combate ao trabalho infantil, promoção da educação, saúde e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, a Escelsa foi reconhecida e certificada pelo sexto ano consecutivo como Empresa Amiga da Criança pela Fundação ABRINQ. É uma certificação que reconhece a preocupação da Companhia em cumprir o seu papel social e participar do desenvolvimento das gerações futuras.
- A Escelsa manteve a quarta posição entre as maiores empresas do Estado do Espírito Santo, em trabalho promovido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo e publicado em revista daquela instituição.

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2005, pelos auditores independentes foram os relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras e os serviços de emissão de laudos de avaliação contábil.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Escelsa registra agradecimentos aos acionistas, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos rotineiros e não rotineiros que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Escelsa.

Balanco Social Anual (*)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005			2004		
1) Base de Cálculo						
Receita Líquida (RL)		1.233.333			1.023.803	
Lucro (Prejuízo) Operacional (LO)		183.050			59.694	
Folha de Pagamento Bruto (FPB)		79.963			78.437	
2) Indicadores Sociais Internos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	4.371	5,47	0,36	4.199	5,35	0,41
Encargos Sociais Compulsórios	19.307	24,14	1,58	18.392	23,45	1,80
Previdência Privada	3.103	3,88	0,25	3.019	3,85	0,29
Saúde	8.509	10,64	0,70	6.554	8,36	0,64
Segurança e Medicina no Trabalho	212	0,27	0,02	380	0,48	0,04
Educação	357	0,45	0,03	726	0,93	0,07
Cultura	18	0,02	-	18	0,02	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	646	0,81	0,05	455	0,58	0,04
Creches ou Auxílio-Creche	72	0,09	0,01	58	0,07	0,01
Participação nos Resultados	6.613	8,27	0,54	6.226	7,94	0,61
Outros	1.725	2,16	0,14	1.722	2,20	0,17
Total - Indicadores Sociais Internos	44.933	56,19	3,67	41.749	53,23	4,08
3) Indicadores Sociais Externos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação	220	0,12	0,02	219	0,37	0,02
Cultura	1.607	0,88	0,13	125	0,21	0,01
Saúde e Saneamento	-	-	-	29	0,05	0,00
Esporte	-	-	-	7	0,01	0,00
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	1.827	1,00	0,15	380	0,64	0,04
Tributos (excluídos encargos sociais)	820.439	448,20	67,07	596.877	999,89	58,30
Total - Indicadores Sociais Externos	822.266	449,20	67,22	597.257	1.000,53	58,34
4) Indicadores Ambientais	Valor	% Sobre LO	% Sobre RL	Valor	% Sobre LO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	-	-	-	3.711	6,22	0,36
Investimentos em programas e/ou projetos externos (eficientização energética) (*)	-	-	-	3.790	6,35	0,37
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	-	-	-	7.501	12,57	0,73
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%
() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de Empregados ao Final do Período		1.158			1.231	
Nº de Admissões Durante o Período		18			15	
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)		2.410			1.312	
Nº de Estagiários(as)		34			27	
Nº de Empregados(as) Acima de 45 Anos		505			490	
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa		257			270	
% de Cargo de Chefia Ocupados por Mulheres		5,55%			1,08%	
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa						
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)						
Nº de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais		59			44	
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		4,70			4,67	
Número Total de acidentes de trabalho		6			5	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerência	(X) todos(as) empregados(as)	() todos + Cipa	() direção e gerência	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são considerados	(X) são sugeridos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	236.324	No Procon 222	Na Justiça 1.360	Na empresa 239	No Procon 239	Na Justiça 1.416
% de Reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	100%	No Procon 81%	Na Justiça 93%	Na empresa 99%	No Procon 61%	Na Justiça ND
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2005	1.212.487	14% terceiros	Em 2004	948.009	14% terceiros
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68% governo	5% colaboradores(as)	1% acionista	63% governo	7% colaboradores(as)	12% terceiros
7) Outras Informações						
A Empresa incentiva os empregados a realizarem ações voluntárias voltadas à comunidade, constituindo fator de peso no Plano de Gestão de Desempenho, pois uma das metas pactuadas entre avaliado e avaliador pode ser qualquer ação junto à comunidade, se de interesse do empregado.						
(*) Não Auditado						

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004		2005	2004
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	36.254	20.743	Fornecedores	120.099	99.157
Títulos e valores mobiliários	106.644	171.615	Folha de pagamento	2.803	1.934
Consumidores e concessionárias	273.702	216.001	Encargos de dívidas	16.708	53.753
Impostos e contribuições sociais compensáveis	22.982	23.865	Empréstimos e financiamentos	217.110	216.944
Impostos e contribuições sociais diferidos	19.647	11.889	Taxas regulamentares	5.245	11.027
Estoque	1.682	6.682	Impostos e contribuições sociais correntes	98.971	42.010
Partes relacionadas	4.317	-	Impostos e contribuições sociais diferidos	3.431	-
Despesas pagas antecipadamente	30.026	41.015	Obrigações estimadas	13.153	13.206
Outros créditos	21.653	31.206	Dividendos	131.769	37.168
	516.907	523.016	Partes relacionadas	9.051	13.463
Realizável a longo prazo			Benefícios pós-emprego	3.447	3.979
Consumidores e concessionárias	28.802	85.983	Devolução tarifária	4.879	34.967
Impostos e contribuições sociais compensáveis	16.756	9.206	Outras contas a pagar	46.227	36.522
Impostos e contribuições sociais diferidos	271.062	267.127		672.893	564.130
Partes relacionadas	5.654	3.504	Exigível a longo prazo		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	79.981	119.336	Fornecedores	5.765	44.617
Despesas pagas antecipadamente	109.134	115.258	Empréstimos e financiamentos	373.213	1.360.729
Outros créditos	10.307	10.357	Impostos e contribuições sociais diferidos	26.565	112.413
	521.696	610.771	Provisão para contingências	77.719	162.312
Permanente			Benefícios pós-emprego	37.803	33.824
Investimentos	4.982	881.450	Partes relacionadas	2.255	710
Imobilizado	761.214	779.993	Outras contas a pagar	84	39.381
	766.196	1.661.443		523.404	1.753.986
Total do ativo	1.804.799	2.795.230	Patrimônio líquido		
			Capital social	376.022	153.947
			Reservas de capital	101.035	65.687
			Reservas de lucros	131.445	254.093
				608.502	473.727
			Recursos destinados a aumento de capital	-	3.387
				608.502	477.114
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.804.799	2.795.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras : 2005

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2005	2004
Receita operacional		Reclassificado
Fornecimento de energia elétrica	1.504.532	1.337.540
Suprimento de energia elétrica	47.105	29.380
Outras receitas operacionais	209.685	127.540
	<u>1.761.322</u>	<u>1.494.460</u>
Deduções da receita operacional		
Quota para reserva global de reversão	(11.007)	(12.678)
Encargo de capacidade emergencial	(27.980)	(67.886)
Impostos e contribuições sobre a receita	(499.002)	(390.093)
	<u>(537.989)</u>	<u>(470.657)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.223.333</u>	<u>1.023.803</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(507.528)	(461.157)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(153.682)	(116.407)
	<u>(661.210)</u>	<u>(577.564)</u>
Custo de operação		
Pessoal	(52.605)	(51.726)
Material e serviços de terceiros	(54.797)	(40.660)
Depreciações e amortizações	(51.395)	(50.559)
Subvenção - CCC e CDE	(142.984)	(92.300)
Taxa de fiscalização	(2.504)	(2.060)
Tributos	(214)	(200)
Outros custos de operação	(6.070)	(3.310)
	<u>(310.569)</u>	<u>(240.815)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	<u>(4.718)</u>	<u>(3.023)</u>
	<u>(976.497)</u>	<u>(821.402)</u>
Lucro operacional bruto	<u>246.836</u>	<u>202.401</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(9.131)	(8.310)
Despesas gerais e administrativas	(41.790)	(60.495)
Depreciações e amortizações	(15.342)	(10.559)
Outras despesas operacionais	(3.891)	(3.760)
	<u>(70.154)</u>	<u>(83.124)</u>
Resultado do serviço	<u>176.682</u>	<u>119.277</u>
Resultado das participações societárias	<u>80.033</u>	<u>26.610</u>
Resultado financeiro líquido, receita (despesa)	<u>(73.665)</u>	<u>(86.193)</u>
Lucro operacional	<u>183.050</u>	<u>59.694</u>
Receita não operacional	11.850	2.098
Despesa não operacional	(44.700)	(4.435)
Resultado não operacional	<u>(32.850)</u>	<u>(2.337)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>150.200</u>	<u>57.357</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(108.973)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.741	98.951
	<u>(48.232)</u>	<u>98.951</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros de capital próprio	<u>101.968</u>	<u>156.308</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio	53.223	-
Lucro líquido do exercício	<u>155.191</u>	<u>156.308</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>26,41</u>	<u>34,35</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	155.191	156.308
Ajustes de exercícios anteriores	(8.146)	-
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Consumidores e concessionárias	(17.671)	(23.567)
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A - atualização monetária	(6.545)	(7.176)
Fornecedores - Energia livre	(1.461)	(15.065)
Depreciações e amortizações	66.737	61.118
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	4.131	10.625
Impostos e contribuições sociais diferidos líquidos	(89.783)	(80.389)
Variações monetárias e juros do exígível a longo prazo	(121.307)	(102.421)
Provisões para contingências	17.810	20.164
Reversão de provisões para contingências	(31.681)	-
Benefícios pós-emprego - CVM 371	3.979	3.571
Resultado líquido de equivalência patrimonial	(80.033)	(26.610)
Provisão para perdas na realização de ativos	(9.089)	52.189
Outros	768	8.144
	<u>(117.100)</u>	<u>56.891</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos	14.204	120.453
Obrigações vinculadas à concessão	10.374	7.453
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	102.654	74.731
	<u>127.232</u>	<u>202.637</u>
De acionistas e das partes relacionadas		
Aumento de capital, líquido	222.075	-
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	-
Coligadas, controladas e controladoras	1.545	617
Parcela do patrimônio vertido à ENERGEST e à CESA	125.325	-
	<u>384.293</u>	<u>617</u>
	<u>394.425</u>	<u>260.145</u>
Total das origens		
Aplicações de recursos		
No realizável a longo prazo		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	31.367	22.910
Despesas pagas antecipadamente	-	46.646
Transferência do ativo circulante para realizável a longo prazo	-	2.422
Outros créditos	10.154	9.134
No permanente		
Redução de investimentos	-	(49.794)
Imobilizado	162.151	108.640
Exígíveis a longo prazo transferidos para o circulante	165.932	146.868
Dividendos propostos	139.693	37.123
Total das aplicações	<u>509.297</u>	<u>323.949</u>
Redução no capital circulante líquido	<u>(114.872)</u>	<u>(63.804)</u>
Variação no capital circulante		
Ativo circulante		
No final do exercício	516.907	523.016
No início do exercício	523.016	483.669
	<u>(6.109)</u>	<u>39.347</u>
Passivo circulante		
No final do exercício	672.893	564.130
No início do exercício	564.130	460.979
	<u>108.763</u>	<u>103.151</u>
Redução no capital circulante líquido	<u>(114.872)</u>	<u>(63.804)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2004	153.947	65.687	134.908	-	354.542	3.387	357.929
Lucro líquido do exercício	-	-	-	156.308	156.308	-	156.308
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	-	-	7.815	(7.815)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	111.370	(111.370)	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 8,1574 por ação)	-	-	-	(37.123)	(37.123)	-	(37.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	153.947	65.687	254.093	-	473.727	3.387	477.114
Ajuste de exercícios anteriores (nota 20.4)	-	-	-	(8.146)	(8.146)	-	(8.146)
Aumento capital (AGE de 29/04/2005)	222.078	-	-	-	222.078	-	222.078
Redução de capital (AGE de 30/06/2005)	(3)	-	-	-	(3)	-	(3)
Dividendos intermediários (AGE de 29/04/2005)	-	-	(130.000)	-	(130.000)	-	(130.000)
Transferência para exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	(3.387)	(3.387)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	-	35.348	-	-	35.348	-	35.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	155.191	155.191	-	155.191
Destinação do Lucro:							
Reserva Legal	-	-	7.352	(7.352)	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 23,7734 por ação)	-	-	-	(139.693)	(139.693)	-	(139.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	376.022	101.035	131.445	-	608.502	-	608.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004		2005	2004
Atividades operacionais			Aumento (diminuição) de passivos		
Lucro líquido do exercício	155.191	156.308	Fornecedores	(29.400)	5.868
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades			Impostos e contribuições sociais correntes	56.961	(37.009)
Consumidores e concessionárias	16.357	29.314	Obrigações estimadas	(53)	314
Impostos e contribuições sociais diferidos líquidos	(97.541)	(92.278)	Devolução tarifária	4.878	34.967
Depreciações e amortizações	66.737	61.119	Outras obrigações	(17.904)	16.647
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	4.131	10.625		14.482	20.787
Despesas pagas antecipadamente	(24.037)	(17.090)	Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(59.448)	258.559
Fornecedores	(11.490)	(14.011)	Atividades de investimento		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	(106.490)	98.777	Redução ao investimento	-	49.794
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371	4.964	3.979	Adições ao imobilizado	(162.151)	(108.640)
Provisões para contingências	(84.593)	20.164	Obrigações vinculadas à concessão	10.374	7.453
Participações societárias	(80.033)	(26.610)	Parcela do patrimônio vertido para a ENERGEST e CESA	125.325	-
	<u>(156.804)</u>	<u>230.297</u>	Caixa aplicado nas atividades de investimento	(26.452)	(51.393)
(Aumento) diminuição de ativos			Atividades de financiamento		
Consumidores e Concessionárias	273	44.770	Aumento de capital	222.075	-
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.667)	35.587	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	-
Estoques	5.000	(3.698)	Dividendos pagos	-	(41.996)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	39.075	(20.281)	Juros sobre capital próprio	(53.223)	-
Despesas pagas antecipadamente	41.841	(37.945)	Empréstimos e financiamentos - ingressos	167.662	269.831
Outros créditos	3.352	(10.958)	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(335.422)	(442.663)
	<u>82.874</u>	<u>7.475</u>	Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	36.440	(214.828)
			Redução nas disponibilidades	(49.460)	(7.662)
			Disponibilidades no final do exercício	142.898	192.358
			Disponibilidades no início do exercício	192.358	200.020
				<u>(49.460)</u>	<u>(7.662)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004		2005	2004
Geração do valor adicionado	1.833.624	1.583.229	Depreciações e amortizações	(66.736)	(61.119)
Receita operacional	1.761.320	1.494.460	Valor adicionado líquido gerado	1.035.081	872.898
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	(8.810)	(7.845)	Resultado de equivalência patrimonial	80.033	26.610
Juros sobre capital próprio	53.223	-	Receitas financeiras	97.373	48.501
Créditos fiscais diferidos	60.741	98.951	Valor adicionado total a distribuir	1.212.487	948.009
Não operacional	(32.850)	(2.337)	Distribuição do valor adicionado		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(731.807)	(649.212)	Remuneração do trabalho	64.011	58.178
Custos da energia comprada	(507.528)	(461.157)	Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	7.570	6.968
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(153.682)	(116.407)	Impostos, taxas e contribuições	820.439	596.877
Material	(10.338)	(10.281)	Despesas financeiras	161.999	127.129
Serviços de terceiros	(63.872)	(48.554)	Aluguéis	3.277	2.549
Outros custos operacionais	3.613	(12.813)	Dividendos propostos	139.693	37.123
Valor adicionado bruto	1.101.817	934.017	Lucro do exercício após dividendos	1.196.989	828.824
				15.498	119.185
				1.212.487	948.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- 1. Contexto operacional**
A ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição e comercialização de energia elétrica pelo prazo de 30 anos válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.
- 2. Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas informações trimestrais anteriores e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, publicadas em 25 de fevereiro de 2005. Para a compatibilização aos critérios do grupo ao qual pertence e à melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, as alterações a seguir foram implementadas a partir do 2º trimestre de 2005, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2004.
- Os encargos relativos à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e taxa de fiscalização, que estavam classificados na rubrica "Outras despesas operacionais" foram reclassificados para o grupo de "Custos de operação" e a Provisão para créditos de liquidação duvidosa de "Custos de operação" para "Despesas com vendas".
- 3. Principais práticas contábeis**
- 3.1. Demonstrações financeiras**
- a) Títulos e valores mobiliários**
Estão registrados ao custo acrescido das respectivas remunerações contratadas, auferidas *pro rata temporis* até a data do balanço, sendo reconhecida provisão para desvalorização ao valor de mercado, quando aplicável. Os títulos e valores mobiliários são representados por títulos públicos federais que rendem juros e variação cambial.
- b) Consumidores e concessionárias incluem:**
- (i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
 - (ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. (Nota 6.1);
 - (iii) Os saldos a receber relativos à recomposição tarifária extraordinária - perda de receita e energia livre (Nota 7.1); e
 - (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.
- c) Estoque**
Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no imobilizado.
- d) Investimentos**
Os investimentos estão avaliados ao custo de aquisição e/ou corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.
- e) Imobilizado**
Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras (nota 24). O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. As Obrigações Vinculadas à Concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.
- f) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo**
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.
- g) Fornecedores**
Inclui o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e o saldo de Energia Livre a pagar a geradores de energia elétrica.
- h) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**
Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidas dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidas e/ou reduzidas por ganhos e perdas das operações de *SWAP*, incorridos até a data do balanço.
- i) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo**
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.
- j) Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, foram registrados na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos", a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.
- k) Fundo de pensão**
A Companhia é patrocinadora da Fundação ESCELSA de Seguridade Social - ESCELSOS, que administra o fundo de pensão para seus colaboradores. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2005. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.
- l) Apuração do resultado**
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura. A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.
- m) Estimativas**
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
 - Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
 - Provisão para Perdas - Perda de Receita e Energia Livre;
 - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
 - Provisão para contingências; e
 - Planos de aposentadoria e pensão.
- n) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**
Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela instituição. Os principais efeitos referem-se à base de cálculo baseada nos resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3,0% para o PIS e COFINS, respectivamente.
- 3.2. Informações contábeis consolidadas**
Em decorrência dos processos de reorganização societária e desverticalização realizados nos trimestres precedentes, descritos na Nota 31, a partir deste exercício a Companhia deixou de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.
- 4. Ativos e passivos regulatórios**
Apresenta-se abaixo quadro sintético com os Ativos e Passivos Regulatórios contidos no Balanço Patrimonial:

	Curto prazo		Longo prazo	
	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004
Consumidores e concessionárias				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita (nota 7.1)	56.990	36.658	33.244	66.705
(-) Provisão para perdas - perda de receita (nota 7.1)	(17.498)	-	(10.207)	(25.339)
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre (nota 7.1)	45.552	-	26.572	71.467
(-) Provisão para perdas - energia livre (nota 7.1)	(35.668)	-	(20.807)	(26.850)
PIS e COFINS das geradoras (nota 6)	3.023	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente				
PIS - majoração de alíquota (nota 8.2)	2.957	-	5.401	9.478
COFINS - majoração de alíquota (nota 8.2)	10.154	-	21.223	20.832
Parcela "A" (nota 7.2)	-	-	80.092	67.276
CVA - ativa (nota 8.1)	60.293	71.460	25.659	28.867
(-) CVA - passiva (nota 8.1)	(45.034)	(31.381)	(23.241)	(11.195)
Total de ativos regulatórios	80.769	76.737	137.936	201.241
Fornecedores				
Energia livre (nota 7.1)	(45.552)	-	(26.572)	(71.467)
(-) Provisão para perdas - energia livre (nota 7.1)	35.668	-	20.807	26.850
PIS e COFINS das geradoras (nota 14)	(1.816)	-	-	-
Total de passivos regulatórios	(9.884)	-	(5.765)	(44.617)
Total ativos (-) passivos regulatórios	70.885	76.737	132.171	156.624
5. Títulos e valores mobiliários				
A composição da carteira é a seguinte:				
Instituição Financeira	Tipo	Vencimento	31/12/2005	31/12/2004
Banco Pactual S.A.	NBC-E	16/11/2006	50.012	95.573
Banco BBA Creditanstalt S.A.	NBC-E	12/10/2006	56.632	76.042
			106.644	171.615

Os títulos e valores mobiliários rendem juros e variação cambial e estão registrados no circulante, devido à sua liquidez no mercado ou expectativa de realização no curto prazo.



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total curto prazo		Total longo prazo	
				2005	2004	2005	2004
Consumidores							
Residencial	22.797	21.666	2.027	46.490	37.222	-	-
Industrial	16.166	9.703	3.165	29.034	20.560	-	-
Comércio, serviços e outras atividades	17.867	6.851	5.873	30.591	25.200	-	-
Rural	5.704	2.528	363	8.595	7.663	-	-
Poder Público:							
Federal	336	523	444	1.303	725	-	-
Estadual	1.402	139	1.253	2.794	794	-	-
Municipal	2.096	1.170	1.070	4.336	2.066	-	-
Iluminação pública	3.654	1.687	4.888	10.229	9.663	-	-
Serviço Público	3.080	78	123	3.281	2.936	-	-
Parcelamentos de débitos	5.580	-	13.465	19.045	18.402	-	-
(-) Arrecadação em processo de classificação	9.146	-	-	9.146	1.690	-	-
Outros créditos	7.452	-	-	7.452	11.268	-	-
Fornecimento não faturado	58.091	-	-	58.091	56.313	-	-
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário	10.091	-	-	10.091	-	-	-
Ativo regulatório							
Perdas de receita	39.492	-	-	39.492	36.658	23.037	41.366
Energia livre	9.884	-	-	9.884	-	5.765	44.817
PIS/COFINS geradoras	3.023	-	-	3.023	-	-	-
Total	215.861	44.345	32.671	292.877	231.160	28.802	86.183
Concessionárias							
Suprimento - convencional	3.407	-	-	3.407	3.155	-	-
Energia de curto prazo	1.908	-	-	1.908	568	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	3.055	-	-	3.055	2.672	-	-
Subtotal	8.370	-	-	8.370	6.395	-	-
(-) Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	224.231	44.345	32.671	301.247	237.555	28.802	86.183
Total	224.231	44.345	5.126	273.702	216.001	28.802	86.183

6.1. Energia de Curto Prazo

Saldo em 31 de dezembro de 2004	Ativo	Passivo
Acréscimos	568	102
Liquidações	3.752	3.653
	(2.412)	(3.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.908	1

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargo de serviço de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2. Fornecimento não faturado - diferimento tarifário e devolução tarifária

Em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da ESCELSA, em 7 de agosto de 2001, a ANEEL fixou em caráter provisório o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 19,89%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 7 de agosto de 2001.

Em 7 de agosto de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 17,80%. Essa alteração resultou na redução da receita no montante de R\$ 56.720, registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

Na terceira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da ESCELSA, em 7 de agosto de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 6,33%, que acrescido da CVA de 3,63% e efeitos do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia - PERCEE de 0,11%, deduzido de 5,11% referente à diferença resultante do ajuste da segunda revisão tarifária periódica, foi aplicado um reajuste médio de 4,96% sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 7 de agosto de 2004, o qual vigiu até 6 de agosto de 2005.

Ao final do período de realização tarifária, em 6 de agosto de 2005, verificou-se saldo não realizado da devolução tarifária no total de R\$ 4.879 (R\$ 34.967 em 2004).

Em 1º de agosto de 2005 a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, fixando valores finais para a Base de Remuneração Regulatória - BRR, taxa de depreciação e custos operacionais da Empresa de Referência, com o reposicionamento tarifário passando do valor provisório de 6,33% para o valor definitivo de 8,58%, correspondendo a um acréscimo de receita no valor de R\$ 17.162 a ser recuperado financeiramente pela Escelsa em suas tarifas. No exercício de 2005 foi amortizado o valor de R\$ 7.353.

Em 5 de agosto de 2005 a ANEEL homologou um índice médio de reajuste tarifário anual negativo de 1,63% que, somado ao citado acréscimo de receita da terceira revisão de 1,49%, a CVA de 3,03%, aos efeitos do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia - PERCEE de 0,02% e ao ajuste financeiro do PIS/COFINS de 2,02%, resultou em um aumento de 4,93%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica da ESCELSA a partir de 7 de agosto de 2005 até 06 de agosto de 2006.

7. Acordo geral do setor elétrico

O Acordo Geral do Setor Elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do Acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando, ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia Livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de Receita, Energia Livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais e rurais (exceto os de baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de Receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (nota 15).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$ 76.639 o montante de Energia Livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (nota 7.1), alterou para 69 meses o prazo máximo de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da Recomposição Tarifária Extraordinária prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

7.1. Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita e Energia Livre

A composição da RTE no ativo é a seguinte:

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	31/12/2005		31/12/2004	
				Valor amortizado	Saldo a amortizar	Valor amortizado	Saldo a amortizar
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	149.512	101.166	(160.444)	90.234	103.363	
(-) Provisão para perdas					(27.705)	(25.339)	
Total					62.529	78.024	
Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	31/12/2005	Saldo a amortizar	31/12/2004	
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	76.639	41.055	(45.570)	72.124	71.467	
(-) Provisão para perdas					(56.475)	(26.850)	
Total					15.649	44.617	

De acordo com estudos elaborados pela Administração, periodicamente revisados, a Companhia projeta que no prazo máximo estabelecido, haverá insuficiência de recuperação de parte desses ativos, razão pela qual, por prudência, foram constituídas provisões para perdas.

A Administração, no entanto, baseada na própria legislação instituidora da RTE e, especialmente, nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, estará envidando todas as gestões visando a plena recuperação dos referidos créditos.

Os valores referentes à energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização monetária:

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, e o Ofício-Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 determinaram que o saldo remanescente da Recomposição Tarifária Extraordinária seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício de 2005 foi contabilizado para Perda de Receita o montante de R\$ 27.462 (R\$ 17.882 em 2004) e para Energia Livre o montante de R\$ 18.135 (R\$ 12.839 em 2004) ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras. Para Energia Livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica de fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas Financeiras, em função do repasse às geradoras.

Adicionalmente a Companhia aguarda o recebimento de informações das geradoras, relacionadas aos financiamentos por elas obtidos, para atendimento ao Ofício-Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006.

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Itens	Valor homologado RES. nºs 01/04 e 45/04	Remuneração acumulada	31/12/2005		31/12/2004	
			Total acumulado	Valor amortizado	Saldo a repassar	Saldo a repassar
Repasse de energia livre	76.639	41.055	117.694	(45.570)	72.124	71.467
(-) Provisão para perdas					(56.475)	(26.850)
Total					15.649	44.617

Para o mesmo montante de energia livre, foi registrada uma obrigação no passivo circulante e exigível a longo prazo na rubrica "Fornecedores de energia elétrica", com o correspondente débito no resultado na rubrica "Energia comprada para venda".

7.2. Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas Concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) de 04 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no ativo realizável a longo prazo na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza.



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.2.1. Composição da variação de itens da parcela "A" homologado pela ANEEL

Item	Valor homologado Resoluções nºs 482/02 e 001/04	Remuneração acumulada	31/12/2005 Total acumulado	Valor amortizado	Saldo a amortizar	31/12/2004 Saldo a amortizar
Parcela "A"	38.183	41.909	80.092	-	80.092	67.276
Atualização monetária:						
O montante homologado está atualizado nos termos definidos no Ofício-Circular ANEEL nº 2212, de 20 de dezembro de 2005 e, no exercício de 2005 foi contabilizado o montante de R\$ 12.816 (R\$ 8.146 em 2004), registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras.						
8. Despesas pagas antecipadamente						
	Curto prazo		Longo prazo			
	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004
PIS e COFINS - Majoração de alíquota	13.111	-	26.624	-	30.310	-
Parcela "A" (nota 7.2.1)	-	-	80.092	-	67.276	-
CVA-Conta de compensação da variação de custos da parcela "A" - Líquida	15.259	40.079	2.418	-	17.672	-
Outros	1.656	936	-	-	-	-
Total	30.026	41.015	109.134	115.258		

8.1. CVA - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"

Período	Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
De 08/08/02 a 07/08/03	17.990	41.244	4.973	11.401
De 08/08/03 a 07/08/04	1.694	21.927	1.185	15.337
De 08/08/04 a 07/08/05	23.979	8.289	22.276	4.643
De 08/08/05 a 31/12/05	16.630	-	16.600	-
Total	60.293	71.460	45.034	31.381

Refere-se a variações dos itens da Parcela "A", apuradas nos termos da nota 7.2, para os períodos a partir de 26 de outubro de 2001.

Os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício de 2005 o valor de R\$ 11.221 (R\$ 8.944 em 2004) em contrapartida ao resultado financeiro. No exercício de 2005 foi amortizado o montante de R\$ 45.023 (R\$ 15.444 em 2004).

A Medida Provisória nº 127, de 04 de agosto de 2003, convertida na Lei nº 10.762/03, instituiu o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o artigo 1º da Medida Provisória nº 2.227, de 04 de setembro de 2001, para os reajustes e revisões tarifárias realizados entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004, através de empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (nota 15).

8.2. PIS e COFINS - Majoração de alíquota

Ativo Regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas. Enquanto aguarda definição por parte da ANEEL, a Companhia não registrou até o momento qualquer atualização monetária sobre o saldo a receber.

9. Impostos e contribuições sociais

	31/12/2005		31/12/2004	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Compensáveis - ativo				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15.544	-	17.553	-
ICMS	5.496	16.756	5.036	9.206
PIS e COFINS	1.468	-	889	-
Outros	474	-	387	-
Total	22.982	16.756	23.865	9.206
A Recolher - passivo				
ICMS	34.420	-	31.164	-
IRRF	8.076	-	104	-
Imposto de renda e contribuição social - correntes	39.739	-	-	-
PIS e COFINS	11.485	-	6.335	-
Outros	5.251	-	4.407	-
Total	98.971	-	42.010	-

O Imposto de renda e contribuição social a recolher de curto prazo, incluem o montante de R\$ 28.809, referente a tributação da recomposição tarifária extraordinária - RTE que, de acordo com o Parecer COSIT nº 26/2002, estabeleceu a exigibilidade de tributação quando do efetivo ressarcimento dessas receitas.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

10.1. Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004
IR sobre prejuízos fiscais	7.565	-	129.440	144.894
CSLL sobre base negativa	2.858	-	53.569	54.690
IR e CSLL sobre demais adições temporárias	9.224	11.889	52.705	67.543
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - ágio	-	-	35.348	-
Total	19.647	11.889	271.062	267.127

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos está demonstrada, a seguir:

	31/12/2005	31/12/2004
Circulante		19.647
Longo prazo		
2007		70.585
2008		24.869
2009		24.310
2010		26.724
2011		24.959
2012		27.798
2013		32.352
2014		32.818
2015		6.647
Total		271.062

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2005, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1. O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$ 1.767 até o ano de 2025.

10.1.2. - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na Nota 10.1.1., será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculado.

10.2. Passivo

	31/12/2005	31/12/2004
Imposto de renda	22.056	82.657
Contribuição social	7.940	29.756
Total	29.996	112.413
Passivo circulante	3.431	-
Exigível a longo prazo	26.565	112.413

11. Partes relacionadas - curto e longo prazo

Parte relacionada	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004	2005	2004
Energias do Brasil	7	-	-	-	-	-
Energul	4.935	2.025	220	191	-	-
Cesa	2.066	733	2.974	269	(6.998)	(2.920)
Escelsapar	7	97	-	519	-	-
Enertrade	-	-	3.522	13.194	(116.867)	(98.235)
Energest	2.956	-	4.590	-	-	-
Bandeirante	-	-	-	-	260	-
Outras ligadas	-	649	-	-	-	-
Total	9.971	3.504	11.306	14.173	(123.605)	(101.155)

ENERTRADE - Em 23 de dezembro de 2002, a ESCELSA assinou com a ENERTRADE - Comercializadora de Energia S.A., contrato de compra e venda de energia elétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012, contemplando 11,45 MW médios em 2003 e 52 MW médios a partir de 2004, ao preço de R\$ 85,67 / MWh, aditado em 19 de fevereiro de 2003, para R\$ 83,73 / MWh.

O preço avençado, na base agosto de 2002, foi estabelecido de acordo com as regras sobre o Valor Normativo - VN, constantes da Resolução ANEEL nº 248, de 6 de maio de 2002, aplicável ao contrato à época em que foi celebrado e submetido a registro na ANEEL.

No curso do processo de reajuste tarifário da ESCELSA de agosto de 2003, esta foi informada da posição da ANEEL, de não aceitação do valor contratual de R\$ 104,87/MWh, na base agosto de 2003, com a fixação do preço limite de repasse em R\$ 74,79 / MWh, na base dezembro de 2002, obtido da aplicação de Notas Técnicas exaradas pelo Ente Regulador (NT 023 da SEM/ANEEL, de 3 de abril de 2003 e NT 081 da SFF/ANEEL, de 7 de abril de 2003).

Em 29 de agosto de 2003, a ESCELSA interpôs recurso administrativo junto à ANEEL, onde defendeu a aplicação integral do valor contratado, para fins de reconhecimento na tarifa, utilizando-se dos seguintes argumentos:

- (i) o contrato restou aprovado por decurso de prazo de manifestação por parte da ANEEL;
- (ii) ausência de ato normativo que justificasse a adoção de um limite de repasse diferente do VN; e,
- (iii) ausência de caráter normativo, por parte das notas técnicas utilizadas.

Através do Ofício nº 1779 da SFF/ANEEL, de 29 de outubro de 2003, a ANEEL não aprovou o contrato da Escelsa. Confirmando o entendimento anterior, de fixação de limites de repasse inferiores ao VN, estabeleceu o preço máximo de contratação de R\$ 74,79/MWh, na base de dezembro de 2002, para a Concessionária.

Em 05 de março de 2004, por decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.007.806-5/DF, os efeitos do referido Ofício foram sobrestados para que a ANEEL considerasse o contrato aprovado para todos os fins de direito. Embora a decisão judicial tenha garantido a aprovação dos contratos, a ANEEL manteve os limites de repasse por ela determinados, o que levou a ESCELSA, por ocasião da 3ª Revisão Tarifária Periódica, em agosto de 2004, a interpor novo recurso administrativo argumentando: (i) que a definição pela ANEEL de um limite de repasse se deu sem a devida fundamentação e em desacordo com a regulamentação aplicável (metodologia do VN) e (ii) que a equivalência do preço contratual com o VN, em uma contratação de longo prazo, determina uma aquisição de energia pelo menor custo efetivo, assegurando a modicidade tarifária prevista no Contrato de Concessão.

Nos reajustes tarifários de 2005 o limite de repasse determinado foi atualizado pela ANEEL pelo IGP-M, resultando no valor de R\$ 88,35/MWh para a ESCELSA, vigente a partir de 7 de agosto.

As diferenças de preços em questão, até o final do exercício de 2005, alcançaram os montantes de R\$ 15.276 (R\$ 12.483 em 2004), refletidos nas despesas operacionais.

Aguarda-se, desta forma, decisões administrativas dos recursos interpostos, cabendo, em caso de indeferimentos, a busca de soluções judiciais.

CESA - A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica, referente à PCH Viçosa, com vigência a partir de 1º de agosto de 2001 até 17 de julho de 2025, contemplando 2,57 MW médios, a partir de 19 de setembro de 2001, ao preço de R\$ 93,07/MWh, aditado em 07 de agosto de 2003, para efetivar a quantidade de 2,80 MW médio, ao preço de R\$ 116,12/MWh, a partir de 25 de fevereiro de 2003, já reconhecidos na tarifa aprovada pela ANEEL.

Os valores referenciados aos preços de MWh estão expressos em unidades de reais sem ICMS.

ENERGIAS DO BRASIL - Refere-se a saldo a receber por recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrentes da antecipação da liquidação do Sênior Notes.

ENERGEST - Refere-se a suprimento de energia, adiantamentos da 4ª máquina da UHE Mascarenhas, desembolso com o serviço da dívida, folha de pagamento, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e reembolso de gastos diversos.



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ECELSEA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2005	31/12/2004
12. Investimentos		
Participações societárias:		
Avaliadas por equivalência patrimonial:		
Magistra Participações S.A.	-	874.549
TV a Cabo Vitória - TVix S.A.	-	(375)
Escelsa Participações S.A. - Escelsapar	-	629
Outros investimentos	4.982	874.803
Total	4.982	881.450

Em 31 de julho de 2005, conforme descrito na nota 31, foi implementada a segunda etapa do processo de reorganização societária, que teve por objetivo segregar as atividades de distribuição, geração e investimento, em atendimento às regras de desverticalização estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A desverticalização compreendeu (a) a cisão da ECELSEA, com versão dos acervos cindidos para EDP - Energias do Brasil S.A., para Energest e para CESA; (b) a incorporação da Magistra pela EDP - Energias do Brasil S.A.; (c) a cisão da ENERSUL com versão dos acervos cindidos para Energest e para a Pantanal Energética Ltda.; e (d) a incorporação da Enercorp pela Energest.

Essas operações foram efetuadas com base nos valores contábeis das Companhias, conforme laudos de avaliação de peritos independentes, na data-base 30 de abril de 2005, cujo patrimônio líquido cindido pode ser resumido como segue:

	31/12/2005	31/12/2004
Ativo		
Circulante		29.645
Realizável a longo prazo		704
Permanente		
Investimentos		894.587
Imobilizado		84.139
Total		1.009.075
Passivo		
Circulante		150.309
Exigível a longo prazo		858.763
Total		1.009.072
Acervo líquido		3

Informações adicionais de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:	MAGISTRA		ENERSUL	CESA	TVIX		ESCELSAPAR	
	31/07/2005	31/12/2004	31/07/2005	31/07/2005	31/07/2005	31/12/2004	31/07/2005	31/12/2004
Espécie de ações	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade total	473.203.348	473.203.348	53.137.012	10.000	1.540	1.540	1.000	1.000
Quantidade da Escelsa	473.203.348	473.203.348	53.137.012	10.000	1.500	1.500	1.000	1.000
Valor do capital social	186.081	668.483	463.412	44.501	1.540	1.540	2.800	2.800
Valor do patrimônio líquido	3.386	874.549	690.007	56.328	(383)	(383)	474	629
Resultado do exercício	(919)	24.177	78.460	2.498	-	(138)	(6)	(709)
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	97,40%	97,40%	100%	100%
Valor do investimento	<u>3.386</u>	<u>874.549</u>	<u>690.007</u>	<u>56.328</u>	<u>(375)</u>	<u>(375)</u>	<u>474</u>	<u>629</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(919)	24.177	78.460	2.498	-	(135)	(6)	(709)

A diferença do valor da equivalência patrimonial com a lançada na demonstração do resultado do exercício de 2004, se dá em função do lançamento de ajuste do investimento na MAGISTRA, no valor de R\$ 3.277, a crédito no Patrimônio Líquido, para ajuste de lançamento indevido, realizado em exercício anterior, correspondente a valor de ágio pago na aquisição de ações da ENERSUL.

	31/12/2005	31/12/2004	Taxas anuais médias de depreciação (%)
13. Imobilizado			
Em serviço			
Geração		111.755	1,36%
Transmissão		17.302	3,63%
Distribuição	1.211.643	1.130.665	4,23%
Comercialização	4.285	4.285	7,14%
Administração	144.126	135.333	11,32%
	<u>1.360.054</u>	<u>1.399.340</u>	<u>4,84%</u>
(-) Depreciação			
Geração	-	(69.384)	
Transmissão	-	(6.424)	
Distribuição	(505.196)	(463.534)	
Comercialização	(3.611)	(3.305)	
Administração	(83.251)	(70.242)	
	<u>(592.058)</u>	<u>(612.889)</u>	
	<u>767.996</u>	<u>786.451</u>	
Em curso			
Geração	-	18.520	
Transmissão	-	244	
Distribuição	93.951	78.998	
Administração	24.865	7.616	
	<u>118.816</u>	<u>105.378</u>	
Atividades não vinculadas (nota 3.1 e)			
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964	-	
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)	-	
	<u>886.812</u>	<u>891.829</u>	
Obrigações vinculadas a concessão	(125.598)	(111.836)	
Total	761.214	779.993	
A composição das obrigações vinculadas à concessão é como segue:			
Contribuição de consumidores	94.495	80.733	
Doações e subvenções	25.794	25.794	
Participação da união	5.309	5.309	
Total	125.598	111.836	

13.1. Dos bens vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

13.2. Bens e direitos da união utilizados pela concessionária
Os bens da União sob a administração da Escelsa constituem-se de terrenos e antigas edificações que, em função da impossibilidade prática de suas utilizações encontram-se fora de uso, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Ext patrimonial.

	31/12/2005	Curto Prazo 31/12/2004	31/12/2005	Longo Prazo 31/12/2004
14. Fornecedores				
Suprimento de energia elétrica				
Itaipú (Eletróbrás)	30.809	24.445	-	-
Furnas	21.216	31.706	-	-
Outras supridoras	6.935	193	-	-
PIS e COFINS das geradoras	1.816	-	-	-
Energia Livre	9.884	-	5.765	44.617
	<u>70.660</u>	<u>56.344</u>	<u>5.765</u>	<u>44.617</u>
Encargos de uso da rede elétrica	15.843	13.874	-	-
Encargos de serviços de sistema	863	-	-	-
Material e serviços	32.733	28.939	-	-
Total	120.099	99.157	5.765	44.617

	Custo da dívida	31/12/2005			31/12/2004		
		Encargos curto prazo	Principal curto prazo	longo prazo	Encargos curto prazo	curto prazo	Principal longo prazo
Moeda estrangeira							
BNDES	UMBDES + 3,5% a.a.	13	2.934	-	79	6.014	
SENIOR NOTES (a)	10,0% a.a. + var.cambial	12.214	-	266.493	52.431	1.143.935	
		<u>12.227</u>	<u>2.934</u>	<u>266.493</u>	<u>52.510</u>	<u>1.149.949</u>	
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 3,8 a.a.	104	24.946	-	352	43.740	
BNDES - CVA	SELIC + 1% a.a.	163	19.267	-	364	17.505	
BNDES - Recomposição							
Tarifária Extraordinária	SELIC + 1% a.a.	305	33.448	71.172	527	88.824	
Contas garantidas	106% a 106,5% CDI	-	131.811	-	-	46.931	
Eletróbrás	6,0% a 6,05% a.a.	4.704	-	23.404	1.718	13.780	
		<u>572</u>	<u>214.176</u>	<u>94.576</u>	<u>1.243</u>	<u>210.780</u>	
Swap							
HSBC (a)	100% CDI	3.909	-	-	-	-	
HSBC (a)	101,9% CDI	-	-	1.110	-	-	
Santander (a)	100,46% CDI	-	-	4.130	-	-	
Pactual (a)	101,14% CDI	-	-	4.116	-	-	
Itaú BBA (a)	101% CDI	-	-	2.788	-	-	
		<u>3.909</u>	<u>-</u>	<u>12.144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total		16.708	217.110	373.213	53.753	1.360.729	

BNDES (Moeda estrangeira) - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos ITAU (líder), ALFA e SUDAMERIS, destinado a investimentos em transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$ 57.357. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% ao ano, + UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de abril de 2006. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária.

SENIOR NOTES - Refere-se ao saldo residual (ver nota 31) da captação de recursos através de títulos denominados "Senior Notes" (Notas), no total original equivalente a US\$ 113.852 que tem vencimento único em julho de 2007 e juros de 10% a.a. pagáveis semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano. Em 21 de maio de 1998, foi obtido o registro dos referidos títulos junto à SEC - Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América, de acordo com o "Securities ACT of 1933". Para estes títulos foram realizadas operações de swap, demonstradas no quadro anterior, além de aplicações em títulos cambiais, destinada à redução da exposição líquida da dívida, conforme mencionado na nota 29.5. Em 7 de julho de 2005 como parte do processo de desverticalização, R\$ 794.127 (US\$ 332.257) da dívida foram transferidos para a controladora EDP - Energias do Brasil S.A..

BNDES (Moeda nacional) - Contrato firmado em setembro de 1998, com repasse de recursos através dos Bancos UNIBANCO (líder), CITIBANK e ITAÚ, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 1998



Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

foram liberados recursos no montante de R\$ 131.000. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,8% ao ano, + T.JLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 1999, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de outubro de 2006. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDES - CVA - Contrato firmado em dezembro de 2003, em consonância com o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica conforme Lei nº 10.762/03. Destina-se a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação dos mecanismos de compensação das variações dos itens da Parcela "A", para os reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004. No exercício de 2003 foram liberados recursos no montante de R\$ 22.788 e, em 2004, R\$ 23.724. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC, capitalizados no dia 15 de cada mês desde a data da liberação dos recursos até o dia 15 de agosto de 2004 e exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de setembro de 2004, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de agosto de 2006, com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 2,95% do faturamento mensal da Companhia.

BNDES - Reconstituição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 166.226 equivalentes a 90% do valor da perda de receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$ 131.861 e respectivos juros está sendo amortizada mensalmente desde março de 2002, em 59 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de janeiro de 2007. A parcela de crédito no valor original de R\$ 34.365 deverá ser amortizada em 11 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2007 e, durante a carência, os juros estão sendo integralizados ao principal do empréstimo. Ambos apresentam garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 5,75% do faturamento mensal da Companhia.

CONTAS GARANTIDAS - Referem-se a empréstimos obtidos junto a diversas instituições financeiras nacionais, para cobertura do fluxo de caixa operacional, com taxas de juros variando de 106% a 106,5% do CDI, garantidas por Notas Promissórias.

ELETROBRÁS:
PROGRAMA LUZ PARA TODOS - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS. Contrato firmado em 21/05/2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$ 17.867. Sobre o valor do principal incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de julho de 2006 até 30 de junho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

PROGRAMA RELUZ - Contratos diversos firmados com a ELETROBRÁS, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibraçu, Aracruz, no valor contratado de R\$ 17.023. Sobre os contratos incidem juros de 5,0% e taxa de administração de 1% ao ano sobre o saldo devedor, incorporado mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

Os vencimentos das parcelas do principal e encargos estão demonstrados a seguir:

	Tipo de moeda		Total
	Nacional	Estrangeira	
Circulante			
2006	214.748	19.070	233.818
Longo prazo			
2007	76.051	278.637	354.688
2008	3.785	-	3.785
2009	3.605	-	3.605
2010	2.618	-	2.618
2011	1.548	-	1.548
2012	1.548	-	1.548
2013	1.549	-	1.549
2014	1.549	-	1.549
Após 2014	2.323	-	2.323
	94.576	278.637	373.213
Total	309.324	297.707	607.031
16. Obrigações estimadas			
Curto prazo			
Folha de pagamento		31/12/2005	31/12/2004
INSS e FGTS		11.190	11.279
Total		1.963	1.927
		13.153	13.206

Referem-se a provisão de férias, respectivas gratificações e encargos sociais, além da provisão para Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2005.

17. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2005		31/12/2004	
	No Exercício	Valor da Provisão Acumulada	No Exercício	Valor da Provisão Acumulada
Encargo				
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos				403
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR			828	1.483
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC			388	6.052
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			4.029	3.089
Total			5.245	11.027

18. Depósitos vinculados a litígios e provisão para contingências

Contingência	31/12/2005		31/12/2004	
	No Exercício	Valor da Provisão Acumulada	No Exercício	Valor da Provisão Acumulada
Trabalhistas	(1.902)	16.321	156	18.223
Cíveis	153	9.590	313	9.437
Fiscais	(82.844)	51.808	19.695	134.652
Outros	-	-	-	-
Total	(84.593)	77.719	20.164	119.336

18.1. Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

18.2. Cíveis

As contingências cíveis englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNAAE nºs 38 e 45 de 27 de janeiro e 04 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do poder judiciário.

18.3. Fiscais

A Companhia possui processo administrativo, pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, face à inconstitucionalidade dos Decretos-lei nºs 2.445/88 e 2.499/88. Possui, também, processos que questiona a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre outras receitas, auferidas pela Companhia.

A Companhia constituiu provisão em função de Notificações promovidas pelo INSS que exige recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício, além da provisão relativa ao questionamento judicial feito pela Companhia, sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT.

Em 29 de junho de 2005, por força do Mandado de Segurança exarado pela 1ª Vara Federal do Espírito Santo, foram convertidos em renda a favor da União Federal os depósitos judiciais no montante de R\$ 70.722, relativos à ação de arguição da inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre o faturamento, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal. Em consequência da medida, foi baixada a respectiva provisão no total de R\$ 70.722 e efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 17.518.

Considerando a ocorrência do trânsito em julgado no Superior Tribunal de Justiça do Processo nº 2000.50.01.002043-0, em que os valores pagos a título de FINSOCIAL, com base no art. 1º da Lei nº 2138/97 e na Instrução Normativa 32 do SRF, de 09/04/97, não tinham base constitucional, em 31 de dezembro de 2005, foi revertida a provisão do valor de R\$ 23.195 a crédito do resultado do exercício.

18.4. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$ 19.207 (R\$ 30.087 em 2004), cuja perda foi estimada como possível, com base na opinião dos consultores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

19. Benefícios pós-emprego

19.1. Planos de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência social aos colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida".

Esses planos de benefícios têm suas reservas matemáticas calculadas atuarialmente, segundo o regime de capitalização sendo as mesmas reavaliadas anualmente.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	2005		2004	
	Plano I	Plano II	Total	Total
Participantes ativos	23	1.132	1.155	1.155
Participantes assistidos:				
Aposentados	615	172	787	787
Pensionistas	124	8	132	132
	739	180	919	919
Total	762	1.312	2.074	2.074

Na qualidade de patrocinadora, a ESCELSA contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação ESCELSOS de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia, considerando os dois planos, limitado a 7% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2005 a ESCELSA contribuiu com R\$ 3.103 (R\$ 3.019 em 2004).

Apresentamos, a seguir, a demonstração comparativa das Reservas, juntamente com a posição da Fundação Escelsa de Seguridade Social:

	2005		2004	
	Reservas matemáticas:			
Reservas Técnicas				
Benefícios concedidos		109.834		110.520
Benefícios a conceder		146.874		125.014
		256.708		235.534
Superávit Técnico				
Reserva de contingência		52.262		29.411
Fundos previdenciários		14.551		13.224
		66.813		42.635
Total		323.521		278.169

19.2. Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento a essa exigência a ESCELSA contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	Taxas nominais	
	2005	2004
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,76% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,45% a.a.	12,98% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	6,08% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,5% a.a.	4,0% a.a.
Crescimento dos custos médicos	de 10,0 a 5,5% a.a.	8,16% a.a.
Inflação	4,5% a.a.	4,0% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de Mortalidade	GAM - 83	GAM - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disability	IAPB-55
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 27	Light médio
Tábua de Rotatividade	T-1 Service Table	Experiência
		empresas similares

A avaliação atuarial mostrou que, nos Planos Previdenciários I e II, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2005		31/12/2004	
	Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	Valor justo dos ativos	Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	Valor justo dos ativos
	(113.167)	(105.310)	(113.167)	(105.310)
	178.395	154.597	178.395	154.597
	65.228	49.287	65.228	49.287
	(17.447)	(10.410)	(17.447)	(10.410)
Total	47.781	38.877	47.781	38.877

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A administração da Companhia, contudo, de maneira conservadora, optou por não registrar esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Ainda nos termos dessa avaliação atuarial, foram mensurados os seguintes benefícios pós-emprego:

- Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA) que é devido aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

O passivo atuarial reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, no passivo circulante e exigível a longo prazo, são como segue:



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2005	31/12/2004
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(47.856)	(61.647)
Valor líquido das perdas reconhecidas	6.606	23.844
Total	(41.250)	(37.803)
O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais, será amortizado anualmente, pelo período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano.		
A movimentação do passivo atuarial, reconhecida no balanço patrimonial do exercício de 2005, está resumida a seguir:		
	Circulante	Longo prazo
Saldo em 31 de dezembro de 2004	3.979	33.824
Custo do serviço corrente	-	694
Custo dos juros	-	6.151
Amortização de perda	-	1.464
Benefícios pagos	(3.976)	(3.444)
Transferência por cisão	-	(886)
Transferências para o circulante	3.444	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	3.447	37.803
Os valores relativos aos benefícios médicos, seguro de vida e auxílio incentivo à aposentadoria, a serem reconhecidos no resultado de 2006, são os seguintes:		
Custo do serviço corrente	-	867
Custo dos juros	-	4.809
Amortização de perdas atuariais	-	155
Total		5.831
20. Patrimônio líquido		
20.1. Capital social		
Acionistas		
Em 31 de dezembro de 2004:		
Iven S.A.	2.378.672	52,27
GTD Participações	1.137.709	25,00
Fundação Banco Central - CENTRUS	275.678	6,06
CINVES	69.068	1,52
Outros	689.706	15,15
	4.550.833	100,00
Em 31 de dezembro de 2005:		
EDP - Energias do Brasil S.A.	5.876.012	100,00
No âmbito da reorganização societária descrita na nota 31, os acionistas não controladores da ESCELSA, detentores de ações ordinárias garantido o direito de retirada dos dissidentes, passaram a ser detentores de ações ordinárias da EDP - Energias do Brasil S.A. e esta, por sua vez, passou a ser detentora da totalidade das ações da ESCELSA, realizando-se as necessárias alterações em seu Estatuto Social afim de adequá-lo à condição de empresa subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A.		
20.2. Dividendos		
As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.		
	31/12/2005	31/12/2004
Lucro Líquido Apurado no Exercício	155.191	156.308
Ajuste de exercícios anteriores	(8.146)	-
Lucro Líquido Ajustado	147.045	156.308
Constituição da Reserva Legal - 5%	(7.352)	(7.815)
Lucro Líquido Ajustado	139.693	148.493
Dividendos - Oriundos do Lucro Líquido Ajustado - 100% (25% em 2004)	139.693	37.123
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	-	111.370
Dividendos por ação (R\$):		
Ordinárias	23.7734	8.1574
Em 28 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 53.223, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos em data a ser deliberada para pagamento dos dividendos, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido, conforme Deliberação CVM nº 207/96.		
20.3. Reservas		
	31/12/2005	31/12/2004
Reservas de capital:		
Juros de Obras em Andamento	65.687	65.687
Ágio na Incorporação de Sociedades (Nota 10.1.1.)	35.348	-
Total	101.035	65.687
Reservas de Lucros:		
Legal	24.014	16.662
Retenção de Lucros	107.431	237.431
Total	131.445	254.093
20.3.1. Reserva de retenção de lucros		
A Reserva de Retenção de Lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia, que se encontra previsto no orçamento de capital, a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária.		
Os dividendos intermediários declarados, no montante de R\$ 130.000, fizeram parte da estruturação dos ativos e passivos cindidos, dentro do processo de desverticalização, de que trata a Nota 31.		
20.4. Ajuste de exercícios anteriores		
Em cumprimento ao Ofício ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e no Comunicado Técnico IBRAÇON nº 3, de 23 de janeiro de 2006, a Companhia reconheceu o valor total do passivo referente aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Eficiência Energética - PEE, no montante de R\$ 12.350 sendo o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2004, no montante de R\$ 8.146, reconhecido diretamente no Patrimônio líquido e o saldo restante, no montante de R\$ 4.204, incluindo a atualização com base na SELIC, no resultado de 2005, nas rubricas "Despesas Operacionais e Despesas Financeiras".		
Adicionalmente, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2005 saldo a aplicar decorrente dos recursos recebidos por conta do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no montante de R\$ 10.803, não registrado em função de não possuir elementos suficientes para essa decisão.		
21. Receita operacional líquida		
	Nº de consumidores *	MWh *
	2005	2004
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	812.000	774.805
Industrial	10.607	10.599
Comércio, serviços e outras atividades	89.047	86.177
Rural	110.018	102.594
Poder público	7.877	7.768
Iluminação pública	270	220
Serviço público	878	855
Consumo próprio	145	141
Total do fornecimento faturado	1.030.842	983.159
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)		
Residencial		
Industrial		
Comércio, serviços e outras atividades		
Rural		
Poder público		
Iluminação pública		
Serviço público		
(-) ICMS		
Residencial		
Industrial		
Comércio, serviços e outras atividades		
Rural		
Poder público		
Iluminação pública		
Serviço público		
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS		
Fornecimento faturado comercialização (líquido de ICMS)		
Fornecimento não faturado		
Fornecimento não faturado - PIS/COFINS das geradoras		
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário		
Devolução tarifária		
Redução de receita - baixa renda		
Suprimento convencional		
ECE e EAEEE		
(-) ICMS s/ ECE e EAEEE		
Outras receitas operacionais		
Disponibilidade da rede elétrica		
(-) ICMS sobre disponibilidade da rede elétrica		
Encargo de conexão		
Energia de curto prazo e suprimento leilão		
Serviços taxados e outros		
(-) Deduções da receita		
RGR		
PIS		
COFINS		
Pis/Cofins reposição - Res. ANEEL 162/2005		
ECE e EAEEE - repasse para CBEE		
ISS		
Total	5.441.110	5.625.917
* Não auditado		
21.1. Encargo de capacidade emergencial		
Instituído pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, tem por objetivo a cobertura dos custos necessários à contratação de capacidade de geração ou potência de energia elétrica, pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE. As concessionárias distribuidoras de energia elétrica são responsáveis pelo faturamento desse encargo tarifário que atinge a todas as classes consumidoras, exceto residencial classificada como baixa renda, tomando por base o consumo individual verificado.		
O encargo cobrado é integralmente repassado à CBEE, de acordo com o valor arrecadado, líquido dos tributos gerados.		



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ECELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh. Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado e realizado o montante de R\$ 24.050 no exercício de 2005 (R\$ 24.207 em 2004), exclusive o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

22. Gastos operacionais

	2005	2004
Não gerenciáveis		
Energia elétrica comprada para revenda		
Contratos iniciais	120.479	195.246
Itaipu	149.523	160.500
Leilão	-	-
Outros fornecedores	104.196	-
Apropriação da C.V.A.	125.790	102.932
Amortização da C.V.A.	32.032	-
Encargo de uso do sist. de transm. e distrib.	(24.492)	2.479
Encargo de uso e conexão	123.494	105.889
Encargo de serviços do sistema	30.188	10.518
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	60.454	36.050
Conta de Consumo de Combustível - CCC	82.530	56.250
FNDCT e Eficiência Energética	6.343	8.843
Taxa de fiscalização	2.504	2.060
Compensações financeiras	1.167	2.747
	<u>814.208</u>	<u>683.514</u>
Gerenciáveis		
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	77.598	76.623
Material	10.337	10.281
Serviços de terceiros	63.872	48.554
Depreciação e amortização	66.737	61.118
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas	8.810	7.845
Provisões para contingências	-	4.950
Arrendamentos e alugueis	3.608	2.549
Outras	1.481	9.092
	<u>232.443</u>	<u>221.012</u>
Total	<u>1.046.651</u>	<u>904.526</u>

23. Resultado financeiro

	2005	2004
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	19.704	20.138
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	20.269	19.572
SELIC sobre parcela A, perda de receita, energia livre e diferimento da revisão tarifária ordinária	69.634	22.472
Variações monetárias	(15.089)	(15.219)
Outras receitas financeiras	2.855	1.537
	<u>97.373</u>	<u>48.500</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	-	3.996
Encargos de dívidas	(140.152)	(190.793)
Variações monetárias moeda nacional	(14.167)	(3.770)
Operações de swap e hedge	(15.337)	(15.726)
SELIC sobre energia livre	(21.789)	(12.839)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários	(10.607)	-
Outras despesas financeiras - Juros sobre capital próprio	(53.223)	-
CPMF	(8.816)	(7.644)
Outras despesas financeiras	(5.595)	(14.060)
	<u>(269.686)</u>	<u>(240.836)</u>
Variações cambiais dos empréstimos, líquidas	98.648	106.143
Total	<u>(73.665)</u>	<u>(86.193)</u>

24. Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas

De acordo com a Instrução Contábil nº 10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	2005	2004
Encargos de dívidas contabilizados no resultado	143.067	196.058
Transferência para o imobilizado em curso	(2.915)	(5.265)
Efeito líquido no resultado	<u>140.152</u>	<u>190.793</u>
Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado	(83.742)	103.730
Transferência para o imobilizado em curso	(739)	(1.357)
Efeito líquido no resultado	<u>(84.481)</u>	<u>102.373</u>
Total capitalizado	<u>(3.654)</u>	<u>(6.622)</u>

25. Resultado não operacional

	2005	2004
Receita		
Ganhos na alienação de bens e direitos	690	806
Cobrança de terceiros	1.538	1.112
Recuperação de encargos pagos pela liquidação de Senior Notes	10.656	-
PIS e COFINS	(1.076)	-
Outras	42	180
	<u>11.850</u>	<u>2.098</u>
Despesa		
Perdas na desativação de bens e direitos	(1.709)	(772)
Perdas na alienação de bens e direitos	(1.135)	(3.206)
Perdas com investimento	(40.698)	-
Outras	(1.158)	(457)
	<u>(44.700)</u>	<u>(4.435)</u>
Total	<u>(32.850)</u>	<u>(2.337)</u>

A perda de investimento é decorrente da extensão, aos acionistas minoritários, dos efeitos do benefício fiscal do ágio registrado na compra da Enersul.

26. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2005	2004	2005	2004
Lucro antes do IR e CSLL	150.200	57.357	150.200	57.357
Adições	688.442	245.280	688.442	243.187
Exclusões	(489.496)	(304.421)	(438.993)	(302.603)
	349.146	(1.784)	399.649	(2.059)
Compensação 30%	(104.744)	-	(119.895)	-
	244.402	(1.784)	279.754	(2.059)
Alíquotas nominais de IR e CSLL	25%	25%	9%	9%
Provisão de IR e CSLL	(61.101)	-	(25.178)	-
Incentivos fiscais	207	-	-	-
Diferimento tributação sobre RTE	(12.365)	-	(4.398)	-
Outros	(4.542)	-	(1.596)	-
IR e CSLL - Diferidos	42.756	71.540	17.985	27.411
Total	<u>(35.045)</u>	<u>71.540</u>	<u>(13.187)</u>	<u>27.411</u>

27. Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2005, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 6.500.

28. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

Descrição	31/12/2005
Subestações	231.109
Prédios e Conteúdos (próprios)	11.263
Responsabilidade civil	4.770
Transporte (veículos)	785
Acidentes pessoais/Vida grupo	184

29. Instrumentos financeiros

29.1. Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

29.2. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e Financiamentos e Operações de *hedge* (Nota 15). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

29.3. Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, os valores da CCEE também representam risco, no contexto descrito na nota 6.1.

29.4. Operações de Hedge

A Companhia, com o intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2005 operações de *hedge*, apresentadas na nota 15.

29.5. Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros em moeda estrangeira são:

	31/12/2005	31/12/2004
Títulos e Valores Mobiliários	106.644	171.615
Senior Notes	(266.493)	(1.143.935)
Total	<u>(159.849)</u>	<u>(972.320)</u>

Parte dos empréstimos e financiamentos captados em moeda nacional são compostos de financiamentos junto a agências nacionais, Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos, aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Conforme mencionado na nota 15, foram captados recursos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo o endividamento e o resultado das operações, significativamente afetados pelo fator de risco de mercado da taxa de câmbio (US\$).



escelsa
energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ECELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71



Demonstrações Financeiras : 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos do passivo em moeda estrangeira. A exposição líquida dos instrumentos financeiros da Companhia, a este fator de risco, é a seguinte:

	Valor contratual		Valor de mercado	
	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2004
Senior Notes	(266.493)	(1.143.935)	(252.502)	(1.089.598)
Ativos em dólar	106.644	171.615	106.644	189.889
Exposição líquida	(159.849)	(972.320)	(145.858)	(899.709)

O método de mensuração utilizado para determinação do valor justo da obrigação foi o da média de cotação realizada até 31 de dezembro de 2005, de transações de Senior Notes (Fonte *SunGard PowerData - Tradeline*), registradas em Nova York, E.U.A., e, para os ativos em US\$, foi utilizada a cotação de mercado dos contratos.

30. Novo modelo do setor elétrico

Em 15 de março de 2004, o governo federal promulgou a Lei nº 10.848 em um esforço para reestruturar o setor elétrico a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de licitação pública de energia.

Essa lei, chamada de Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, foi regulamentada por decretos emitidos a partir de maio de 2004, estando sujeita ainda à regulamentação a ser emitida pela ANEEL e pelo MME. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes distintos para comercialização de energia, com (1) um para contratação da energia destinada às empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada, operado a partir de licitações de compra de energia; e (2) um outro mercado com regras de comercialização mais flexíveis, para geradores, consumidores livres e empresas de comercialização de energia, chamado Ambiente de Contratação Livre;
- a obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% de seu mercado;
- existência de lastro físico de geração para toda a energia comercializada em contratos;
- estabelecida a necessidade de desverticalização das empresas, separando, as atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão, no prazo de 18 meses a contar da data de vigência da Lei nº 10.848, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, condicionado à aprovação da ANEEL;
- restrição ao auto-suprimento (*self-dealing*), ou seja, à compra pelas distribuidoras de energia elétrica de partes relacionadas;
- cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação; e
- proibição de distribuidoras venderem energia elétrica aos consumidores livres a preços não regulamentados.

Nesta fase de transição, em 7 de dezembro de 2004, segundo as regras do Novo Modelo do Setor Elétrico, foi realizado o Leilão de Energia Elétrica de Empreendimentos Existentes, tendo por objetivo a compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos em operação, para atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras a partir de janeiro de 2005, janeiro de 2006 e janeiro de 2007, sendo todos os contratos com duração de 8 anos.

Ainda, em 2 de abril de 2005, ocorreu o segundo Leilão de Energia Elétrica de Empreendimentos Existentes, para entrega a partir do ano de 2008, também com contratos com duração de 8 anos. Nesse leilão, o volume financeiro negociado foi da ordem de R\$ 7,7 bilhões, a preços de abril de 2005. As geradoras venderam cerca de 93 milhões de MWh para as distribuidoras, a um preço médio R\$ 83,13 o MWh, com suprimento entre 2008 e 2015.

31. Reorganização societária, desverticalização e oferta pública de ações

Em 29 de abril de 2005, as Assembleias Gerais Extraordinárias das Companhias integrantes do Grupo Energias do Brasil, aprovaram a reorganização societária, que tem por objetivos:

- simplificar a estrutura societária do Grupo Energias do Brasil, consolidando exclusivamente na EDP - Energias do Brasil S.A. a liquidez e a dispersão das ações de emissão das controladas de distribuição de energia elétrica, tornando-a responsável pela consolidação financeira e planejamento estratégico das empresas do Grupo;
- otimizar a alocação dos recursos próprios ou obtidos de terceiros, com a finalidade de garantir o melhor retorno possível aos acionistas;
- implementar uma política de governança corporativa para melhorar a eficiência e transparência no processo decisório da EDP - Energias do Brasil S.A., tais como a ampliação dos direitos dos acionistas minoritários e melhoria na qualidade de informações prestadas;
- realizar a adequação e os ajustes necessários para que seja implementada a política estratégica do Grupo, visando ao desenvolvimento dos negócios de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, levando-se em consideração o ambiente econômico e competitivo do País e as novas regras do Setor Elétrico;
- aproveitar a sinergia existente entre as atividades das controladas de distribuição, geração e comercialização, proporcionando um maior retorno do capital investido; e
- facilitar o processo de desverticalização das atividades, exigido pela nova legislação do Setor Elétrico.

A referida reorganização societária compreendeu os seguintes eventos, entre outros:

- (i) incorporação da Iven pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
- (ii) transformação da ENERSUL em subsidiária integral da ECELSA, por meio da incorporação de ações de emissão da ENERSUL pela ECELSA; e
- (iii) transformação da ECELSA e da Bandeirante em subsidiárias integrais da EDP - Energias do Brasil S.A., por meio da incorporação de ações da ECELSA e da Bandeirante pela EDP - Energias do Brasil S.A.

Por meio da implementação da reorganização societária acima referida, os acionistas minoritários da Bandeirante, ECELSA, ENERSUL e Iven receberam ações da EDP - Energias do Brasil S.A. em troca da participação que detinham no capital das referidas sociedades.

A implementação da reorganização societária constituiu ato preparatório para a desverticalização das atividades, conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permitindo a implementação da desverticalização no prazo legal, sem perdas para as estruturas de capital e societária das distribuidoras.

A EDP - Energias do Brasil S.A., a ECELSA e a EDP Investments & Services Limited, esta última uma controlada da EDP - Energias do Brasil S.A., celebraram em 13 de junho de 2005 um Compromisso de Assunção de Dívida, o qual se tornou eficaz em 7 de julho de 2005, por meio do qual a EDP - Energias do Brasil S.A. assumiu a obrigação de pagar R\$ 794.126 da dívida da ECELSA para com a EDP - Energias do Brasil S.A., para a Energest e para a CESA; (b) a incorporação da Magistra pela EDP - Energias do Brasil S.A.; (c) a cisão da ENERSUL com versão dos acervos cindidos para a Energest e para a Pantanal Energética Ltda.; e (d) a incorporação da Enercorp pela Energest. Após a implementação da segunda etapa da reorganização societária:

Por meio da implementação da reorganização societária acima referida, os acionistas minoritários da Bandeirante, ECELSA, ENERSUL e Iven receberam ações da EDP - Energias do Brasil S.A. em troca da participação que detinham no capital das referidas sociedades.

A implementação da reorganização societária constituiu ato preparatório para a desverticalização das atividades, conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permitindo a implementação da desverticalização no prazo legal, sem perdas para as estruturas de capital e societária das distribuidoras.

A desverticalização das atividades deverá resultar em maior transparência na divulgação e apuração do resultado das operações da EDP - Energias do Brasil S.A., facilitando o acompanhamento das atividades pelas autoridades reguladoras.

A desverticalização compreendeu (a) a cisão da ECELSA, com versão dos acervos cindidos para a EDP - Energias do Brasil S.A., para a Energest e para a CESA; (b) a incorporação da Magistra pela EDP - Energias do Brasil S.A.; (c) a cisão da ENERSUL com versão dos acervos cindidos para a Energest e para a Pantanal Energética Ltda.; e (d) a incorporação da Enercorp pela Energest. Após a implementação da segunda etapa da reorganização societária:

- (i) a ENERSUL, cujo capital era detido integralmente pela Escelsa, passou a ser uma controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A.;
- (ii) a dívida da Escelsa com a EDP - Energias do Brasil S.A., decorrente da assunção de dívida acima descrita, foi parte da parcela do acervo cindido da Escelsa incorporada pela EDP - Energias do Brasil S.A., o que acarretou, mediante confusão entre credor e devedor da referida obrigação, a consequente extinção da dívida em questão;
- (iii) as geradoras CESA e Costa Rica, antes detidas direta e indiretamente pela Escelsa, respectivamente, passaram a ser controladas diretamente pela Energest, que por sua vez é diretamente controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
- (iv) outros ativos de geração antes detidos pela Escelsa e pela Energest foram transferidos para a Energest, para a CESA e para a Pantanal Energética Ltda., todas direta ou indiretamente controladas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

A segunda etapa do processo de reorganização societária foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias da EDP - Energias do Brasil S.A. e das demais sociedades envolvidas, realizadas em 30 de junho de 2005. Os eventos societários aprovados nas referidas assembleias tornaram-se eficazes e produziram efeitos a partir de 31 de julho de 2005. As aprovações do BNDES, bem como de outros credores, foram obtidas, sendo que algumas delas estabeleceram certos requisitos como divisão e aditamento de contratos, substituição de garantias e observância de certos índices financeiros. Ademais, a reorganização societária foi previamente aprovada pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 164 de 25 de abril de 2005, e Despacho nº 781, de 29 de junho de 2005.

Subseqüentemente aos eventos acima, em 02 de setembro de 2005, houve um aumento de capital na Energest, integralmente subscrito pela EDP - Energias do Brasil S.A. e integralizado mediante conferência das participações por ela detidas na CESA e na Pantanal Energética, com base nos respectivos valores contábeis.

Em 13 de julho de 2005, foi publicado anúncio de início de distribuição pública primária e secundária de 62.192.668 (sessenta e dois milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, de emissão da EDP - Energias do Brasil S.A. (a "Oferta"), sendo (i) 61.383.222 (sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentas e vinte e duas) ações ordinárias emitidas pela EDP - Energias do Brasil S.A. com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas e dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social (a "Oferta Primária") e as "Ações Objeto da Oferta Primária"; e (ii) 809.446 (oitocentos e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis) ações ordinárias de titularidade do Clube de Investimento dos Empregados da ECELSA - Civives e de outros Acionistas Vendedores que se qualificam como investidores não institucionais e quando em conjunto com as Ações Objeto da Oferta Primária, as "Ações", ao preço de R\$ 18,00 (dezoito reais) por Ação, perfazendo o montante total de R\$ 1.119.468.

O aumento de capital e a distribuição pública de Ações Objeto da Oferta Primária foram aprovados pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de junho de 2005, e a fixação do preço de emissão das ações foi aprovada pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de julho de 2005.

De modo a subscrever seus Limites Máximos de Subscrição de Ações, a EDP - Energias do Brasil S.A. e suas controladas acionistas da EDP - Energias do Brasil S.A. efetivaram pedidos de Reserva no valor total de R\$ 670.000 ao Preço por Ação, resultando na subscrição de 37.222.222 ações ordinárias. Referidas ações foram integralizadas pela EDP Investments & Services Limited, por conta e ordem da EDP - Energias do Brasil S.A. e suas controladas acionistas da EDP - Energias do Brasil S.A., mediante capitalização de parcela do crédito detido pela EDP Investments & Services Limited contra a EDP - Energias do Brasil S.A. em razão da assunção de dívida acima descrita.

As Ações existentes e emitidas garantem a seus titulares os seguintes direitos:

- (a) Direito de voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- (b) Direito ao recebimento de dividendo anual de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (c) Direito a serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações (tag-along) em decorrência da alienação de controle da Companhia, a 100% (cem por cento) do preço pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

As Ações farão jus a todos os demais benefícios a elas assegurados, inclusive ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela EDP - Energias do Brasil S.A. a partir da data de sua subscrição ou aquisição, referentes ao período iniciado em 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e do Estatuto Social da EDP - Energias do Brasil S.A.

Em 08 de agosto de 2005 a quantidade total de Ações objeto da Oferta foi acrescida de um lote suplementar de 3.624.150 ações ordinárias de emissão da EDP - Energias do Brasil S.A., conforme opção para aquisição de ações adicionais outorgada pela EDP - Energias do Brasil S.A. aos bancos coordenadores da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, que teve a finalidade de atender a um excesso de demanda no decorrer da Oferta.

32. Participação recíproca

Por ocasião da reestruturação societária ocorrida em 29 de abril de 2005, conforme descrito na nota 31, os acionistas da ECELSA que exerceram seu direito de acesso tiveram suas ações adquiridas pela Companhia, na forma da Lei 6.404/76. As referidas ações foram, no âmbito da mesma reorganização, incorporadas pela EDP - Energias do Brasil S.A. e, em decorrência dessa incorporação, a Escelsa passou a deter, a partir de 15 de julho de 2005, 435 ações da EDP - Energias do Brasil S.A.

Nos termos do art. 244, § 5º da Lei 6.404/76, a participação recíproca decorrente de incorporação, fusão, cisão ou aquisição, pela Companhia, do controle de sociedade, deve ser eliminada no prazo máximo de 1 (um) ano.

Nesse sentido, observadas as normas aplicáveis, incluindo as regras de *lock-up* previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA, referida participação recíproca será oportunamente eliminada.

33. Evento subsequente

Em 31 de janeiro de 2006 através de Comunicado ao Mercado, a Companhia divulgou que, em reunião do dia 30 de janeiro de 2006, o seu Conselho de Administração aprovou a contratação de linha de financiamento de longo prazo, com o objetivo de alongar o perfil de seu endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamento. A operação se dará nos seguintes termos:

Valor: R\$ 200.000;

Remuneração: 107,3% do CDI; e

Prazo: 5 anos

A referida linha, se desembolsada, contará com o pagamento de juros semestrais, prazo de carência de 3 (três) anos para a amortização do principal e poderá ser substituída por emissões de debêntures da Companhia hipótese em que as características e custos de tais emissões serão objeto de deliberações societárias da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		
ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA Presidente	ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUEIS	ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA Diretor Presidente	MANUEL FERNANDO DAS NEVES BENTO Diretor Técnico	SÉRGIO LUIS DA SILVA RIBEIRO Superintendente de Contabilidade
ANTONIO JOSÉ SELLARE	JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR	SÉRGIO PEREIRA PIRES Diretor Executivo	WELINGTON CEZAR XAVIER Diretor Comercial	JOSÉ GERALDO NUNES Gerente de Contabilidade
CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO	RUTH STORCH DAMASCENO	THOMAS DANIEL BRULL Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores		CRC-ES 002857/O-6
CONSELHO FISCAL		PARECER DO CONSELHO FISCAL		
CARLOS ROBERTO VERONEZE EDUARDO SOARES FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA		De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ECELSA, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, tendo apreciado, ainda, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral.		
		Vitória - ES, 21 de fevereiro de 2006		
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES				

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa
Vitória - ES

1. Examinamos o balanço patrimonial da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as

mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, representam informações complementares àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

5. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 04 de fevereiro de 2005.

10 de fevereiro de 2006

KPMG

Auditores Independentes
CRC-SP-014.428-"S"-ES

Vânia Andrade de Souza
Contador - CRC RJ 057.497/O-"S"-ES